

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 10/Nº 20

Julho-Agosto/2009

Editorial

O conjunto dos artigos ou ensaios de artigos e teses da presente edição contempla as questões do que se vem entendendo por Economia – campo de estudos do qual são filiados a maioria dos colaboradores deste edição -, mas também vai indicando que algumas ideias, como que transversais à chamada ciência econômica, vai garantindo espaço e realçando bons nexos e afinidades.

Nada estranho, uma vez que nossos professores de Economia estão imersos num ambiente, o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), que é espaço de circulação e debate de tais ideias, o que garante que elas se cruzem, fortalecendo e ganhando significações agregadas na perspectiva das múltiplas subáreas de nossas fazendas cotidianas. Não, o interesse pelos estudos econômicos não perdeu o charme que estes tinham quando se imaginava que economia era como que sinônimo de economia política. Era o tempo em que reunião nenhuma que se reivindicasse séria dispensava uma boa análise de conjuntura, em regra, feita por nossos luminares economistas.

Mas, sem dúvida, além da participação de Francisco Farias, Áurea da Paz e Ricardo Ossagô, o que torna este número do Informe uma evidência do quão fecundadores são esses cruzamentos transversos, é a luz que se joga sobre a figura do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana. E ainda mais interessante porque quem segura e ergue o facho ou farol é a professora Teresinha Queiroz.

Em seu texto “As escritas de R. N. Monteiro de Santana” ela despe o ilustrado homem de ideias, justamente para examinar-lhes os tempos de sua vida de pensador social, espécie de “inventor” da história econômica do Piauí, desde o tempo ancilar de sua constituição (aliás, tema que também aparece aqui, em Solimar Oliveira Lima). Em certo sentido, historiador, economista, agente público e planejador estatal, teórico das reconstruções reais e imaginárias do agora, e, sobretudo, irrequieto agitador de ideias sobre o que chama de a “nova realidade-mundo”.

Queiroz o fragmenta para encontrar o homem Monteiro de Santana em sua plenitude de notável homem público do nosso tempo de conceitos evaporando e em que o radical “eco” já se separou do corpo “nomia” para namorar outras agregações conceituais. Santana, e a própria Teresinha, são engenheiros dessas tessituras que vão realçando o vigor das elaborações dos docentes desta importante IES pública – a Ufpi.

Prof. Fonseca Neto/UFPI



Professor Santana

- | | |
|--|---|
| <p>2 Duas megacrises e a mesma origem: liberalismo americano
Samuel Costa Filho</p> <p>5 Teorias políticas e econômicas para justificar os interesses dos países subdesenvolvidos
Walber José da Silva</p> <p>10 O Brasil, o PIB e os bruxos da adivinhação
Antonio Carlos Andrade</p> <p>14 Agricultura mercantil-escravista nas fazendas pastoris do Piauí: aspectos da produção para o mercado externo
Solimar Oliveira Lima</p> <p>17 As escritas de R.N.Monteiro de Santana
Teresinha Queiroz</p> | <p>2 1 Arte santeira do Piauí
Áurea da Paz Pinheiro e Cássia Moura</p> <p>2 4 O pacote habitacional
Mário Ângelo M. de Sousa</p> <p>2 5 Economia em letras
José Ribamar Moreira Neto e Mamadú M. Baldé</p> <p>2 6 A questão da hegemonia regional: Piauí (1960-2000)
Francisco Pereira de Farias</p> <p>3 0 Democracia para o desenvolvimento humano da África
Ricardo Ossagô de Carvalho</p> <p>3 2 Teoria da Firma: uma abordagem tradicional e emergente
Tomas Sparano Martins, June Alisson Westarb Cruz e Roberto Ari Guindani</p> |
|--|---|

“Convenci-me que o subdesenvolvimento era a resultante de um processo de dependência, e que para compreendê-lo era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história”.

CELSO FURTADO

DUAS MEGACRISES E A MESMA ORIGEM: liberalismo americano

por Samuel Costa Filho*

O liberalismo anglo-saxão tem total responsabilidade na produção da crise atual. Essa abordagem econômica dos competentes membros do “mainstream” sempre ignorou elementos fundamentais que guiam o comportamento e funcionamento do sistema capitalista. Suas análises, de um cientificismo vulgar e apologéticas, atêm-se à realidade aparente e não tratando da essência do funcionamento deste sistema. Aspectos históricos são relegados e substituídos por uma abordagem matemática e econometria rasteira.

Desse modo, não é surpresa que na realidade contemporânea as políticas econômicas neoliberais ignorassem a natureza da realidade do funcionamento do capitalismo liberal, rentista, consumista, egoísta, característicos do final do século XX, que estava apresentando as mesmas características históricas que provocam crises periódicas nesse sistema, como a que resultou na megacrise de 1929.

Existiam diversas semelhanças entre o período que antecedeu 1929 e o período que levou à megacrise atual. A semelhança, no que diz respeito ao impacto da crise, é percebida pelo economista Berry Eichengreen, em seu artigo “Raízes da nossa Depressão” (2009), que afirma:

O paralelo entre 1930 e 2009 é assustador. O colapso dos preços de ativos em Wall Street desde outubro de 2007 segue quase o percurso da crise de 1929. A desaceleração da produção industrial desde abril de 2008 se compara à de agosto de 1929, e as exportações globais tiveram recuo ainda mais rápido desde abril de 2008.

Os principais divulgadores do neoliberalismo esqueceram as consequências do período liberal no início do século XX, que provocou a megacrise de 1929. As recomendações dos modelitos matemáticos do “mainstream” ignoraram a realidade do capitalismo na nova fase ultraliberal rentista, esquecendo que:

- entre 1870 e 1914, ocorreu o domínio da filosofia utilitarista de “laissez-faire”, que apresentava o argumento e o critério econômico como os únicos valores a balizar o comportamento humano. Foi o

período denominado de *Belle Époque* do Liberalismo;

- Os Estados Unidos da América (EUA) emergiram do Pós-Primeira Guerra como a maior potência capitalista e, ao mesmo tempo, passaram a exercer um crescente controle sobre os mercados da América Latina e Ásia;

- Durante os anos de 1920, comandado pelos ultraconservadores do Partido Republicano e alicerçado nos princípios liberais, o governo americano se absteve de intervir na economia, acreditando nas regras da mão invisível de mercado como garantia de prosperidade e de crescimento econômico;

- Essa política econômica liberal favoreceu os interesses dos grandes financistas, das grandes empresas e dos industriais, transformando a Bolsa de Valores de Nova York em um cassino - e essa bolsa subia constantemente;

- Os EUA, iniciaram uma época de prosperidade econômica com um *boom* da economia, invertendo sua histórica posição de devedor mundial para credor, iniciando sua era de hegemonia entre os países capitalistas;

- Essa fase de prosperidade possibilitou a classe média norte-americana criar um estilo de vida que passou a ser exportado como exemplo de moderna civilização ocidental. Os valores de estilo de vida norte-americano, o *american way life*, passou a ser difundido para os outros países, juntamente com a ideia de permanente prosperidade nos países capitalistas;

- Essa ideia de prosperidade passou a ser fundamental para sustentação da economia e sociedade americana. A indústria do entretenimento de Hollywood - via sistema de mistificação e produção de ídolos e mitos para consumo mundial - passou a disseminar e difundir um conjunto de valores, conceitos, visões de mundo e de comportamento associados a aspectos alegres da vida norte-americana, difundindo a crença no *american way life*;

- Todavia, em 1929, irrompeu, nos EUA, uma

megacrise que se propagou para os países desenvolvidos e os da periferia do mundo capitalista, levando ao fim da política econômica liberal e justificando as práticas de intervenções estatais na atividade econômica;

- Foi o período da grande depressão dos anos 1930. A política liberal do capitalismo, do tipo “laissez-faire”, deixou como herança a ampliação das desigualdades de renda e riqueza na sociedade capitalista, elevou o desemprego e dificultou ainda mais o acesso ao trabalho pelos assalariados; causando, ainda, enormes danos à qualidade de vida da maioria da população;

- A crise de 1929 levou a consequências políticas calamitosas, como, a invasão japonesa da Manchúria e a eleição de Adolfo Hitler, na Alemanha, e a de Mussolini, na Itália. De 1914 a 1944 (portanto, durante trinta anos), o capitalismo viveu em meio a crises e guerras, fascismo, nazismo e totalitarismo.

Os anos finais do século XX até os dias atuais revelam um caminho que guarda diversas semelhanças com o período que redundou na crise liberal de 1929. Acontece que os principais ideólogos do neoliberalismo repetiram elementos históricos da “Época dos Dinossauros”, da *Belle Époque* liberal:

- Nessa fase, ocorreu o ressurgimento do liberalismo individual, mais radical e doutrinário que a escola neoclássica anterior; e passou a predominar uma defesa de um capitalismo também mais liberal e mais individualista do que o realizado anteriormente;

- Esse liberalismo, sob o domínio e hegemonia das forças ligadas aos interesses financeiros, justificava os interesses do rentismo, em detrimento da produção e da geração de empregos, sugando a renda de todos os demais segmentos da economia e da sociedade capitalista;

- Novamente, os critérios econômicos passaram à condição de mais elevados e únicos a guiar e conduzir a vida econômica, social e política da sociedade;

- Batizado de neoliberalismo, representou um retorno da ideologia liberal-conservadora. Representou também um estímulo individualista darwinista e imoral da classe capitalista contra a classe trabalhadora, contra o Estado do Bem-Estar Social e contra as práticas democráticas. Essa

ideologia não se importou com o interesse público e com o bem comum, adotando uma atitude que estimulou cada indivíduo a defender apenas seus próprios interesses. O Estado deveria tudo liberalizar, pois, os interesses da coletividade deveriam ser garantidos pelo mercado e pela lei;

- Os EUA, com o fim da Guerra Fria, ressurgem com um império cada vez mais forte, o único império. É o início do período da “Pax Americana”, ou seja, do período de instalação do império norte-americano como poder supremo, em nível mundial;

- Os EUA parecem iniciar uma nova época de prosperidade econômica, com a difusão e desenvolvimento da Nova Economia, via aceleração de novas tecnologias, da informática, da biotecnologia e de novos materiais;

- E, não coincidentemente, apresentam-se, os EUA, sob o comando dos neoconservadores, dirigentes ultra-ultraconservadores do Partido Republicano;

- Neste contexto, a globalização aparece representando a vitória do capitalismo anglo-saxão e a supremacia da ordem liberal; é impulsionada, com maior intensidade, a universalizar os valores da democracia e da ordem econômica americana, baseada na economia de mercado;

- Acontece uma nova rodada de universalização da cultura, da ideologia vencedora impregnada na cultura americana, do modelo norte-americano, do capitalismo americano, que são apresentados como o último estágio do desenvolvimento das sociedades humanas. Seus valores, sua cultura e de seu estilo de vida voltam a ser exportados como exemplo da modernidade e da supremacia da civilização ocidental;

- Processa-se a “norte-americanização” da cultura das classes dominantes dos países ao redor do mundo, com a retomada do processo de aburguesamento quase completo do planeta, a partir da derrota da União Soviética e da integração da China ao bloco de países capitalistas;

- Assiste-se, ainda, à imposição do credo neoliberal na política de globalização da economia, via Trindade Profana (FMI, BIRD, OMC) - conforme expressão cunhada por Ha-Joon Chang, em seu livro “Maus samaritanos” (2009), que exige desregulamentação, privatização e abertura do comércio e ao investimento internacional de qualquer país que desejasse receber ajuda ou

recurso internacional;

- Também, no novo discurso da ortodoxia liberal, somente os mercados globais poderiam levar ao crescimento econômico e ao bem-estar social, devendo os governos nacionais apenas operar na busca da estabilidade monetária e fiscal;

- A partir de um conceito reducionista, desmoralizaram o Estado e sua lei. Reduziu-se o papel dos valores éticos e morais e foi restabelecida a permissibilidade favorável aos ganhos fáceis. Ao Estado cabia o papel de Estado Mínimo, com orçamento equilibrado, privatizando a Previdência, reduzindo a corrupção, liberalizando o comércio, desregulamentando o mercado de capitais e estimulando a captação de poupança externa;

- Um exército de ideólogos, formados nas academias americanas e altamente especializados, criou nos países em desenvolvimento um ambiente favorável à adoção das medidas de políticas econômicas. Esse grupo se constituiu em uma poderosa máquina de propaganda apoiada por poder e dinheiro, formando um verdadeiro complexo intelectual e financeiro em favor do livre-mercado;

- Porém, em 2007, as políticas liberais provocaram, novamente, nos EUA, uma megacrise no setor financeiro que, como no período liberal anterior, propagou-se de forma violenta para os países desenvolvidos e, na atualidade, propaga-se para os países em desenvolvimento da periferia do mundo capitalista, levando, de novo, ao abandono da política econômica liberal e necessitando das intervenções estatais em seu socorro;

- De forma similar ao período liberal anterior, essa política resultou no agravamento dos problemas estruturais do capitalismo, aumentando as incertezas, os pânicos econômicos e reduzindo o crescimento da economia mundial. Ocorreu, ainda, a elevação do nível de desemprego; aumentou a instabilidade monetária e financeira; cresceu a já acentuada concentração de renda e riqueza, mesmo nos países desenvolvidos; e o consequente aumento nas desigualdades sociais;

- E, assim, um período do capitalismo liberal resultou, novamente, em uma nova megacrise, de forma semelhante ao ocorrido na fase da *Belle Époque* do Liberalismo.

As semelhanças, a natureza e as deficiências do capitalismo liberal, nos anos iniciais do século XX, e do ultraradical neoliberalismo atual “demonstram a responsabilidade do liberalismo americano pelo estouro das duas maiores crises por que passou o sistema capitalista, a de 1929 e a que se inicia em 2008”. Duas megacrises, pois, a atual crise econômica global será mais prolongada e profunda do que é entendido pela mídia e difundido pelos economistas da ortodoxia.

O ajuste global será demorado e os resgates dos governos serão, a cada dia, cada vez mais, necessários para tentar estabilizar o capitalismo global. Na crise atual, a economia global não está em uma situação ainda pior graças às despesas trilionárias e aos pacotes emergenciais já aplicados pelos governos. Despesa pública - antes tão criticada quando dirigida às políticas sociais.

O resultado desse novo período liberal no comportamento econômico do capitalismo parece repetir uma daquelas chatas reprises da chamada “Sessão da Tarde”. Repete-se a mesma história da década de Trinta, do século passado: farra financeira, mercado soberano e livre de quaisquer amarras e não controle por parte do Estado, que acaba, e por causa dessa política, em uma derrocada global, com graves desdobramentos sociais. Para se sair da crise, apela-se novamente para as “salvadoras” políticas keynesianas, procurando arrumar a economia capitalista.

Essa nova crise abala novamente a ideologia liberal e perturba a crença americana baseada na ideologia do indivíduo “vencedor”, que domina o imaginário da cultura americana. Como é do conhecimento geral, o povo americano perseguir a riqueza, sem cerceamentos, sempre representou o valor mais importante. Hoje, está difícil para o americano comum admitir que essa ideologia de sucesso individual, glorificada, conduziu a uma crise mundial, com a quase falência de suas principais empresas zumbis. Derreteram-se os seus principais ícones; aumentou, em muito, o desemprego; e aumenta a cada dia o sofrimento social, a desolação, a tristeza e a dor.

Como em 1929, o anglo-saxão irá redescobrir que o capitalismo com liberdade ilimitada na busca do enriquecimento provoca crises, colapso econômico e financeiro e muito sofrimento. A recessão global afetará enormemente as exportações, os fluxos de capitais e o custo e o volume de créditos, acenando com um cenário que pode desaguar em uma recessão profunda e

prolongada, tanto para os países desenvolvidos quanto para os em desenvolvimento.

Porém, diferentemente da crise de 1929, a solução da crise atual só poderá ser resolvida por meio de uma solução decidida em nível global. Essa crise se dá em um mundo mais globalizado. E, nesse mundo mais globalizado, faz-se necessária uma solução global.

As soluções dos problemas atuais devem ser pensadas com uma visão de mundo operando dentro de regras e normas globais, criadoras de estruturas que admitam a existência de diferenças entre as nações, os países e os Estados. Essas

medidas devem procurar prevenir uma catástrofe econômica, principalmente nos países em desenvolvimento.

Nessa realidade, o processo de desenvolvimento mundial deve levar em conta as diferenças entre as nações e criar leis que permitam e incentivem o desenvolvimento dos países mais pobres e a geração de emprego e renda para a população trabalhadora mundial.

***Professor Adjunto da UFPI, Chefe do Departamento de Ciências Econômicas e Mestre pelo CAEN-UFC.**

TEORIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS PARA JUSTIFICAR OS INTERESSES DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

por Walber José da Silva*

A NECESSIDADE DE FORJAR TEORIAS

Sendo o meu propósito nesse ensaio opor os interesses políticos e econômicos dos países desenvolvidos *vis-à-vis* aos países subdesenvolvidos, é oportuno, antes de tudo, fazer duas perguntas basilares:

- 1ª) O que são os países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos?
- 2ª) O que são os países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos?

Sob os pontos de vista econômico e político, as respostas a estas questões são diferentes e, alguns pontos, diametralmente opostas. Os contrastes se acentuam quando as respostas forem dadas para justificar os interesses econômicos e políticos dos países subdesenvolvidos ou dos países desenvolvidos. As divergências são abrandadas na medida em que os países desenvolvidos impõem suas respostas aos subdesenvolvidos, usando não somente seu prestígio e sua mídia, como também toda espécie de pressão, para usar as palavras de Celso Melo¹.

As respostas dos países desenvolvidos às questões acima são entregues aos países subdesenvolvidos embaladas em papel de liberdade

(econômica, cultural, científica, política, religiosa, etc., etc.), pelas vias acima referidas, e digeridas com aptidão, fascinação, devoção e desprezo a si mesmo, pelos cidadãos do “terceiro mundo”, inclusive pela elite nacional (econômica, política, intelectual e religiosa), única a dela tirar algum proveito.

Celso Melo, referindo-se ao futuro da democracia e da possibilidade dos países subdesenvolvidos acederem às condições propiciatórias de uma democracia substancial, dá-nos uma visão do que representam os países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. Diz o autor:

É que os (países) subdesenvolvidos têm sido e são, naturalmente, meros peões no tabuleiro de xadrez da economia e, pois, da política internacional; logo, por definição, sacrificáveis para o cumprimento dos objetivos maiores dos que movem as peças.

E, naturalmente, quem move as pedras no tabuleiro do xadrez da economia e da política internacional são os países cêntricos e não os países periféricos. Todas as regras desse jogo são formuladas para garantir a hegemonia daqueles

países. O principal processo de construção das regras do jogo se dá através de formulação de teorias políticas e de teorias econômicas para justificar interesses de quem as formula.

São dessas teorias políticas e econômicas que se valem os países subdesenvolvidos para alcançar seus objetivos (econômicos, sociais e políticos), como assinala Celso Melo², *in verbis*:

De outra parte, esta situação inferior em que vivem os Estados apenas formalmente democráticos lhes confere, em todos os planos, um caráter de natural subalternidade em face dos países cêntricos, os quais, compreensivelmente, são os produtores de idéias, de “teorias” políticas ou econômicas, concebidas na conformidade dos respectivos interesses e que se impõem aos subdesenvolvidos, não apenas pelo prestígio da origem, mas também por toda a espécie de pressões.

Naturalmente, o uso desses postulados pelos países subdesenvolvidos não os conduzirá a encontrar um caminho seguro rumo ao desenvolvimento. Haverá sempre obstáculos intransponíveis, erguidos pelos países cêntricos, para impedir o progresso dos países periféricos. São obstáculos de toda ordem: econômico, cultural, tecnológico, político, militar, religioso, etc.

AS TEORIAS POLÍTICAS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

No mundo contemporâneo, não há questionamentos relevantes quanto à ideia da soberania do povo nos Estados modernos. Há, evidentemente, questões relevantes quanto ao exercício dessa soberania, especialmente quanto às condições de igualdade e de liberdade do povo. Os conceitos de igualdade e liberdade têm inúmeras gradações, o que os tornam altamente voláteis na história econômica, política e social da humanidade, especialmente quando associados à ideia de democracia.

A ideia predominante hodiernamente sobre democracia é que nela deve existir igualdade e liberdade para o conjunto das pessoas que formam o Estado, isto é, para todo o povo, como bem assinala Helena Reis³, citando Tocqueville:

Apesar de reconhecer as dificuldades, Tocqueville sabe que democracia exige a responsabilização de todos na construção das condições de respeito a igual liberdade de cada um; e a entende,

fundamentalmente, como um estado social de igualdade de condições regido por uma forma de governo na qual o povo é o soberano, associando, deste modo, igualdade e liberdade. Igualdade social significa que toda a diferença existente (seja econômica, intelectual ou política) é apenas circunstancial, passível de mudança e radicalmente oposta à submissão de uns a outros. Eis porque, segundo Tocqueville, a igualdade de condições é um princípio constitutivo da ordem democrática, que afeta a propriedade, os costumes, a opinião e também a esfera política.

Outra característica importante do estágio conceitual em que se encontra a democracia corrente é o voto universal para a escolha dos governantes. Todas as teorias sobre democracia convergem para a ideia de que ela requer eleições “livres”, com voto universal.

A democracia concebida pelas teorias dominantes é mais concreta, mais real nos países desenvolvidos, porque as condições de igualdade e liberdade neles são mais vivas. Neles não há gritantes desigualdades culturais (cultura aqui no sentido de conhecimento escolástico e capacidade das pessoas de leitura das realidades local, regional, nacional e internacional), econômicas e sociais. As pessoas que possuem níveis culturais, econômicos e sociais mais baixos são minoria e nem de longe se assemelham com as das classes sociais inferiores dos países subdesenvolvidos.

Transpor dos países desenvolvidos, como fazem os países subdesenvolvidos, os mesmos instrumentos usados na construção da democracia, às vezes até de forma mais exacerbada que o modelo original⁴, não garante a mesma funcionalidade da democracia. Apenas põe uma capa de democracia sobre uma sociedade completamente distinta da que serviu de modelo. O formalismo democrático não garante a democracia real. Essa deve ser forjada dentro do seio de cada sociedade, considerando todas as suas peculiaridades. Para isso, devem ser formuladas teorias políticas sobre a democracia que reflitam os interesses dos países subdesenvolvidos.

Neste particular, a ciência política não tem conseguido avançar. Falta aos cientistas políticos do “terceiro mundo” algum ingrediente (coragem, visão, interesse, etc.) para forjar teorias políticas capazes de contribuir para a evolução (em todos os sentidos) das sociedades dos países subdesenvolvidos.

O mesmo ocorre com os economistas dos países subdesenvolvidos, cuja formação é toda dirigida para reproduzir conceitos e teorias das economias desenvolvidas.

AS TEORIAS ECONÔMICAS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Reconheço que nas ciências econômicas podem ser muitos os pontos de contato ou de identidade entre os sistemas econômicos dos países subdesenvolvidos e dos países desenvolvidos. Quanto maior o grau de desenvolvimento econômico do país subdesenvolvido, mais identidade há com os países desenvolvidos. O contrário também é verdade.

Esta realidade não implica que a eficiência do sistema econômico dos países subdesenvolvidos somente será alcançada se forem adotadas as teorias econômicas ditadas pelos países desenvolvidos. Em grande escala, os interesses econômicos dos países desenvolvidos são opostos aos interesses econômicos dos países subdesenvolvidos.

Para ilustrar a afirmação acima, vou fazer uma rápida excursão sobre o papel atribuído ao Estado na teoria econômica capitalista.

A teoria econômica capitalista clássica atribuía ao Estado um papel secundário, de pouca relevância na economia. Este deveria se afastar das atividades econômicas, devendo apenas zelar e garantir o livre-mercado. A livre-empresa e o livre-mercado eram garantia do funcionamento mais eficiente possível da economia.

O surgimento do sistema econômico socialista na URSS, em 1917, em oposição ao sistema capitalista, fez nascer uma disputa pela hegemonia econômica mundial. O sistema socialista, com forte apelo às massas, sinalizava uma melhoria nas condições de vida da sociedade, especialmente dos países periféricos.

O sistema econômico capitalista se mostrava eficiente e seus postulados garantiam a impossibilidade de desestabilização geral do sistema.

A crise econômica de 1929 veio para provar o contrário: a livre-empresa e o livre-mercado, por si sós, não garantem o funcionamento mais eficiente da economia. Agora, a intervenção do Estado era necessária para garantir o nível de emprego e de produção.

No auge da crise do sistema capitalista, em 14/11/1933, Benito Mussolini fez um discurso na

assembleia geral do Conselho Nacional das Corporações defendendo a instituição, na Itália, do sistema econômico corporativo (em contraposição aos dois sistemas econômicos existentes: o socialista e o capitalista), no qual destacava a necessidade de o Estado socorrer o sistema capitalista em momento de crise, nos seguintes termos⁵:

É justamente este o momento em que a onda capitalista, achando-se em dificuldades, atira-se nos braços do Estado; é o momento em que se torna cada vez mais necessária a intervenção do Estado. Já não existe um só campo econômico em que o Estado não tenha que intervir.

Efetivamente, a crise de 1929 somente foi superada com a forte intervenção do Estado na economia, seguindo os conselhos de John M. Keynes, que ficaram conhecidos como a doutrina ou teoria keynesiana.

Essa superação era necessária não só para garantir a sobrevivência do sistema capitalista como também para evitar a ampliação da onda socialista pelo mundo.

Do ponto de vista político, a solução foi a ampliação dos direitos individuais e a diminuição dos privilégios das elites. Como resultado, surgiu o intitulado Estado Providência ou Estado do Bem-Estar Social. A social-democracia alastrou-se pela Europa para salvar o sistema capitalista de produção, como bem o disse Bresser-Pereira, citado por Cláudia Pinto⁶:

A grande crise dos anos 30 originou-se no mau funcionamento do mercado. Conforme Keynes tão bem verificou, o mercado livre levou as economias capitalistas à insuficiência crônica da demanda agregada. Em consequência entrou também em crise o Estado Liberal, dando lugar à emergência do Estado Social Burocrático.

Toda essa articulação econômico-política se deu sob os auspícios do Estado, que passou a ter papel decisivo na economia. Passou a ser o seu timoneiro, o seu guia. O Estado passou a defender os interesses das empresas, especialmente da grande empresa, a proteger os empregos e seus mercados.

Sobre esse novo papel do Estado nas economias avançadas da Europa, Peter Evans⁷ destaca a visão de Weber sobre a relação entre o capital e o Estado, que entendo oportuno destacar, por ser emblemática para o tema aqui discutido:

Considerando as sociedades com mercados consolidados, Weber avançou nessa linha de raciocínio ao afirmar que a operação da empresa capitalista de grande escala dependia da disponibilidade do tipo de ordem que apenas o moderno Estado burocrático poderia oferecer. Como afirmou ele, "O capitalismo e a burocracia se encontram e se unem intimamente".

(...)

Para Weber, o Estado era útil àqueles que operavam no mercado exatamente porque as ações de seus encarregados obedeciam a uma lógica completamente diferente da lógica da troca utilitarista.

(...)

Em suma, Weber concebia a construção de uma estrutura sólida e competente como um pré-requisito necessário ao funcionamento do mercado.

O mesmo Peter Evans⁸, ao se referir ao papel do Estado nos países subdesenvolvidos, muda de visão e condena a ampliação das atribuições do Estado, tratando a administração estatal como se fosse uma empresa em que a receita deve cobrir as despesas e quando isto não ocorre é porque a administração não foi eficiente.

A capacidade do Estado de desempenhar funções administrativas e outras deve ser abordada como um bem escasso. (...) A expansão insensata do menu de incumbências leva com demasiada freqüência a um círculo vicioso. A capacidade do Estado cresce de modo mais lento que a expansão das tarefas. Deseconomias administrativas e organizacionais de escala e de oportunidade levam ao declínio do desempenho. O desempenho inadequado avilta a legitimidade e dificulta a reivindicação dos recursos necessários a aumentar a capacidade. O abismo entre capacidades necessária e disponível se escancara chegando mesmo a ameaçar a execução eficaz das tarefas de "guarda-noturno". Quase todos os Estados do Terceiro Mundo tentam fazer mais do que são capazes.

Os limites das ações econômicas do Estado não podem ser os mesmos para todos os países com economia de mercado. Eles são diferentes para cada Estado e se alteram conforme se altera a conjuntura econômica e política nacional ou internacional.

Fica evidente, portanto, a necessidade de se formular teorias econômicas sobre o papel do

Estado nos países subdesenvolvidos. Esta é uma tarefa afeita aos economistas e cientistas sociais e políticos desses países, ainda mais depois da crise econômica desencadeada a partir do final de 2008, com efeitos devastadores em todas as economias do mundo e que confirma a assertiva de Mussolini de que "é justamente este o momento em que a onda capitalista, achando-se em dificuldades, atira-se nos braços do Estado; é o momento em que se torna cada vez mais necessária a intervenção do Estado".

Claro que o novo chamamento do Estado para socorrer o sistema econômico capitalista vai obrigar os países cêntricos a formular novas teorias sobre o papel do Estado na economia. Já se observa que alguns passos estão sendo dados para refundar o capitalismo. Países da União Europeia estão contestando a unipolaridade mundial assumida pelos Estados Unidos com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, que extinguiu a bipolaridade mundial até então existente⁹ e fez nascer a "ideia única", como se refere a esquerda europeia ao neoliberalismo econômico, que passou a dominar todas as economias do mundo.

Assim, como ocorreu em 1929, a crise iniciada em 2008 mostrou (e está mostrando) que o livre-mercado e a livre-empresa defendida pelo neoliberalismo econômico (pelo menos a grande empresa industrial e financeira) não levam à eficiência e à estabilidade do sistema econômico capitalista.

Para resolver a crise, além das antes inimagináveis intervenções do governo dos Estados Unidos na sua economia, líderes europeus, principalmente da França e da Alemanha, falam em retorno do Estado à economia, não apenas como um Estado regulador e protetor, mas também como um Estado empreendedor.

Antecipando-se aos líderes da União Europeia, o ministro Roberto Mangabeira Unger, em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, edição de 21/09/08, questiona as duas formas clássicas do Estado intervir na economia (subsidiando a iniciativa privada ou realizando investimentos diretos) e lança o seguinte e relevante desafio:

Por que nos satisfazemos com essa escolha entre dois modelos insuficientes? Há alternativas. O problema é que requerem o que nos tem faltado: disposição para inovar na maneira de organizar a

relação entre o Estado e a iniciativa privada e de estruturar a própria economia de mercado.

A disposição para inovar, a que se refere o ministro Unger, passa necessariamente pela formulação de teorias econômicas que reflitam os interesses e as peculiaridades dos países subdesenvolvidos. A aplicação de velhos e novos modelos econômicos ditados pelo centro econômico mundial nunca vai atender plenamente aos interesses de quem se encontra na periferia.

O desafio lançado pelo ministro Unger é extremamente relevante para o Brasil e para todos os países em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Ficou evidente no curso desta exposição a necessidade dos cientistas (sociais, econômicos e políticos) dos países subdesenvolvidos voltarem os seus olhos e mentes no diagnóstico dos problemas específicos de seus países e gestarem soluções corajosas, como bem disse o ministro Mangabeira Unger, para a suplantação dos mesmos, ainda que isto represente um rompimento (inclusive intelectual) ou um confronto vigoroso com interesses dos países desenvolvidos ou com as teorias que representam ou dão conformidade e legitimidade científica a estes interesses.

A produção de ideias, de teorias, com os objetivos aqui propostos, não implica em desprezo à produção científica dos países desenvolvidos. Ao contrário. Elas são de grande valia, posto que ajudam a compreender realidades e a propor soluções concretas, mesmo estando provado que, em grande parte, estas teorias não servem para resolver os problemas de tantas misérias (econômica, cultural, política, sanitária, habitacional, estrutural, etc.) que afligem a grande maioria da população desses países, agravados pela existência de uma elite com padrões de vida do primeiro mundo, única beneficiada pelas “teorias importadas”.

Notas

1 MELO, Celso Antonio Bandeira de. A democracia e suas dificuldades contemporâneas. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 35, n. 137, jan./mar. 1998. p. 263.

2 Op.cit., p. 257.

3 REIS, Helena E. dos. Virtudes e vícios da democracia. In: **Philosophos**, n. 11 (1), jan./jun. 2006. p. 116.

4 Refiro-me ao voto para eleger os dirigentes máximos do Estado. Nas chamadas grandes democracias mundiais (EUA, Alemanha, Inglaterra, p. ex.), os dirigentes máximos não são escolhidos em eleição direta. São escolhidos em eleição indireta. Os países desenvolvidos abominam as eleições indiretas nos países subdesenvolvidos. Quem as adota não é considerado por eles como um país democrático.

5 MUSSOLINI, Benito. **O Estado corporativo**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. p. 5.

6 PINTO, Cláudia M. C. B. O processo de privatização e desestatização do Estado brasileiro. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record, 2000. p. 5.

7 EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**. n. 28/29. 1993. p. 115-116.

8 Op. cit., p. 150-151.

9 MELO, op. cit., p. 264, refere-se a este tema nos seguintes termos: “A bipolaridade mundial, dantes existente (mas finda com a implosão da União Soviética), com o confronto de idéias providas dos dois centros produtores de ideologias antagônicas, ensejava, além da área de fricção, de per si desgastadora de seus extremismos, um natural convite à crítica de ambas, na trilha da síntese resultante de tal dialética”.

***Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI e mestrando em Ciência Política na mesma Instituição.**

O BRASIL, O PIB E OS BRUXOS DA ADIVINHAÇÃO

por Antonio Carlos Andrade*

O objetivo deste artigo é discutir, de maneira sucinta, por problemas de espaço, os últimos resultados do desempenho da economia brasileira após a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2009 e outros indicadores macroeconômicos, tais como, taxa de juros, índice de desemprego, taxa de câmbio, entre outros, e os problemas que a economia brasileira ainda tem pela frente até voltar ao crescimento sustentável que vinha experimentando há doze trimestres consecutivos, isto é, desde o quarto trimestre de 2005 até o terceiro de 2008, quando a economia foi atingida pela crise financeira internacional, iniciada ainda em setembro com a falência do banco americano Lehman Brothers.

Na primeira seção são apresentados os números do PIB do primeiro trimestre de 2009 e suas comparações inevitáveis com o período imediatamente anterior (quarto trimestre de 2008) e com o mesmo trimestre de 2008, o primeiro.

A segunda seção discute as taxas de juros praticadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), através da taxa Selic - que serve de referencial técnico para as demais taxas de juros praticadas pelo mercado - e a sua influência na taxa de câmbio brasileira.

Na terceira seção são apresentados os números do mercado de trabalho brasileiro, visto sob ótica da taxa de desemprego, segundo a última divulgação do IBGE.

E, finalmente, na quarta seção são apresentadas notas de conclusões e de possíveis prognósticos para o desempenho da economia brasileira para os dois últimos trimestres do ano de 2009.

As fontes são o próprio IBGE, o BACEN, os Ministérios da Fazenda e Planejamento e algumas agências de notícias.

2 O PIB do Primeiro Trimestre de 2009 e a Recessão Técnica

Após a divulgação do PIB do primeiro trimestre de 2009 (-0,80%), pelo IBGE (2009b), parece ter-se

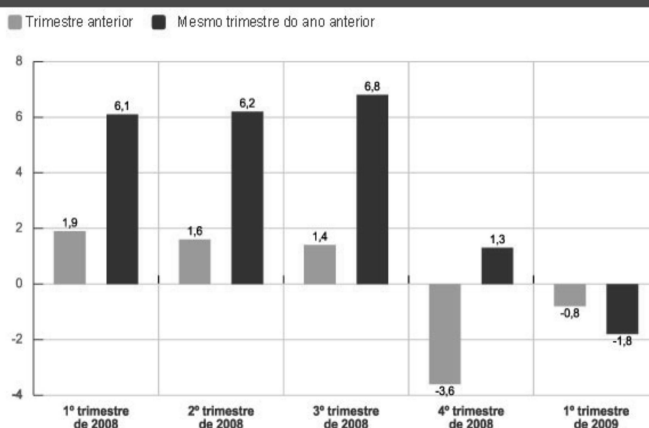
ouvido ecoando por todos os cantos do país uma espécie de "ufa!". Somados aos -3,59% do quarto trimestre do ano passado, a economia brasileira entrou de fato em recessão. Recessão técnica, como é denominada pelos economistas ortodoxos para as economias que atingem dois PIBs quadrimestrais negativos consecutivos, como foi o caso da economia brasileira.

A última recessão técnica ocorrida na economia brasileira foi registrada em 2003. Naquele ano, a economia brasileira teve uma retração de 1,44%, ainda no primeiro trimestre, e 0,23% no segundo. Entretanto, naquele ano, a economia brasileira terminou se recuperando nos dois trimestres posteriores e seu PIB acabou fechando em alta de 1,1%. As causas imediatas de um crescimento tão medíocre teria sido o temor do mercado pela possível eleição de Lula à presidência da República, o que acabou acontecendo.

No primeiro trimestre de 2009, a economia brasileira encolheu 1,8%, quando comparada com igual período de 2008. Essa queda, em relação ao trimestre anterior, não era vista desde o quarto trimestre de 1998 - naquele período, a retração foi de 1,9%.

No entanto, anualmente, a última recessão registrada pela economia brasileira foi em 1992, ano em que o PIB acusou um resultado negativo de 0,5%, quando comparado com o ano de 1991.

A EXPANSÃO DA ECONOMIA TRIMESTRE A TRIMESTRE (EM %)



FONTE: IBGE

Entre janeiro e março deste ano, a economia brasileira produziu entre bens e serviços cerca de R\$ 684,6 bilhões. Quando analisado setorialmente, o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) teve uma queda de 14%, em relação ao primeiro trimestre de 2008; porém, quando comparado com o trimestre imediatamente anterior (o quarto de 2008), essa queda é de 12,6%. Trata-se da maior queda já registrada pelo IBGE, desde que iniciou os cálculos da série em 1996.

A queda do setor industrial, a despeito das reduções de alguns tributos incidentes sobre os bens de alguns setores, foi de 9,3% em comparação ao primeiro trimestre de 2008. Trata-se de uma queda recorde, desde que se começou a contar a história da série. Já a comparação com o quarto trimestre apresentou uma alta de 3,1%, o que não significa nada, uma vez que no último semestre de 2008 a indústria quase que parou. No entanto, nos últimos 12 meses, a indústria apresentou uma leve expansão de 0,4%.

O setor agropecuário acusou uma queda de 1,6%, quando comparado com o primeiro trimestre de 2008, e uma leve retração de 0,5% na comparação com o quarto trimestre de 2008. Entretanto, nos últimos 12 meses, apresentou um crescimento de 4,3%.

O setor serviços, por sua vez, apresentou um crescimento de 1,7%, em relação ao primeiro trimestre de 2008, e um crescimento débil de 0,8% na comparação com o quarto trimestre deste mesmo ano. Nos últimos 12 meses, apresentou um crescimento de 0,4%, semelhante ao da indústria.

O consumo das famílias registrou alta de 1,3% no primeiro trimestre. Quando comparado com o quarto trimestre, seguiu em alta de 0,7%; para os 12 meses, seguiu em crescimento de 4,1%. O que não deve ser esquecido é a força do mercado interno brasileiro, que já vem crescendo há 22 trimestres consecutivos.

O consumo do governo, por sua vez, apresentou um crescimento de 2,7%, no primeiro trimestre, e um crescimento de 0,6%, quando comparado com o quarto trimestre de 2008; nos últimos 12 meses, acumulou alta de 4,7%.

Finalmente, o setor externo. As exportações, quando comparadas ao primeiro trimestre de 2008, recuaram 15,2%; já as importações, quando comparadas ao mesmo período, tiveram uma queda um pouco maior, 16,8%.

3 Taxa de Juros Versus Taxa de Câmbio

Dois problemas se apresentam de imediato, quando se faz qualquer prognóstico sobre a recuperação da economia. O primeiro diz respeito ao comportamento do câmbio *versus* a taxa de juros de mercado (Selic). Embora o BACEN jure que não vai intervir no mercado e que a política do câmbio flutuante iniciada em 1999 continuará nesse governo, a rápida recuperação do real frente ao dólar já preocupa as autoridades econômicas do governo. Para se ter uma ideia dessa recuperação, em 1º de agosto de 2008 o dólar atingiu a sua menor cotação, desde a sua liberação em janeiro de 1999, R\$ 1,559, e começou a subir a partir daí: em 15 de setembro de 2008 atingiu R\$ 1,8080 com a quebra do banco americano Lehman Brothers e chegou a R\$ 2,536 em 4 de dezembro daquele ano, a maior cotação na crise financeira internacional e também a maior desde abril de 2005. Foi o auge. De lá para cá, o ritmo foi de queda. Atualmente, está na barreira abaixo dos R\$ 2,00. Deve fechar o fim do ano por volta dos R\$ 1,80.

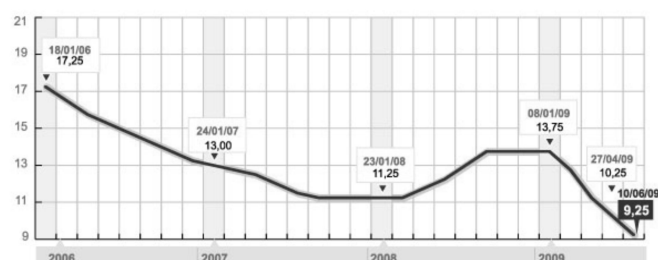
Para a economia brasileira, essa volta do dólar para abaixo dos R\$ 2,00 é ruim, porque as exportações brasileiras que já são caras por conta dos altos impostos incidentes sobre as mesmas, sem contar com os custos dos transportes, além das tarifas alfandegárias, perdem competitividade no mercado internacional. Seria bom para os importadores, mas quem tinha que renovar o seu parque industrial já o fez, antes da crise financeira internacional, época em que o dólar rondava a casa dos R\$ 1,60. Agora, a indústria tem um parque renovado e tem também capacidade ociosa. Em todo caso, está pronta para outro surto de crescimento ou um novo "voo da galinha".

Quanto à taxa de juros da economia brasileira medida pela Selic, esta está em 9,25% a.a. e em queda - e é bom mesmo que mergulhe rumo ao fundo do mar abissal, uma vez que já esteve entre as estrelas celestiais do planeta. O problema é que o BACEN demorou muito para acordar do seu estado de letargia monetária. Enquanto todos os bancos centrais das economias mundiais respondiam à crise com reduções rápidas em suas taxas de juros, Henrique Meirelles e seus diretores mantinham a Selic estável no patamar de 13,75% e a diminuição chegou tarde.

A não ser para incentivar o consumo de bens duráveis, a Selic, tão cedo, não terá serventia para incentivar os investimentos. Ninguém investirá sem

a certeza de retorno em lucros. Em todo caso, embora ainda seja uma das três taxas de juros mais altas do planeta, a Selic está entre a mais baixa da história do BACEN (9,25% menos a inflação), muito embora, em termos reais, seja superior a 5% a.a. Não se deve comemorar muito ainda, porque, para o consumidor de bens duráveis, a taxa de juros pode variar de 60% a 120%, dependendo da instituição bancária, muito embora nos últimos meses ter se registrado uma queda nas taxas praticadas contra o consumidor.

Evolução da taxa básica de juros – Selic (% ao ano)



Fonte: Banco Central do Brasil

4 O Desemprego Para de Cair

Está em discussão, entre os economistas e os palpiteiros, qual deverá ser o PIB do país no final do ano. Todas as estimativas apontam para um crescimento negativo. Apenas o ministro da Fazenda, Mantega, ainda acredita em uma reversão do quadro recessivo nos dois trimestres finais de 2009. Pode surpreender todo mundo com o seu messianismo econômico, uma vez que os números da economia até aqui apresentados foram os do primeiro trimestre. E junho já está no seu período das festas “juninas”, isto é, em seu fim. Isso significa dizer que os números do desempenho da economia brasileira já estão sendo fechados. É só aguardar a sua divulgação.

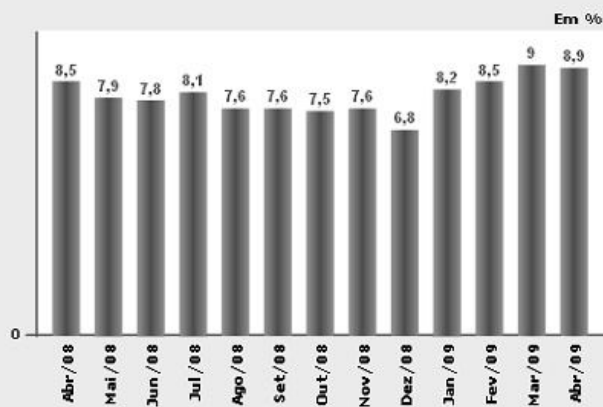
Mas, alguns já estão chegando: após três altas, a taxa de desemprego no Brasil ficou estável em abril, em 8,9%, segundo o IBGE (2009a) divulgou ainda em maio. Em março deste ano, a taxa de desemprego ficou em 9,0%, o que representou o maior índice desde 2007. Esses dados foram coletados nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo - e são ainda alentadores, pois, estão longe dos 13,1% verificados em abril de 2004. Desde 2001 que o IBGE vem adotando a atual metodologia na pesquisa.

Embora não se possa ainda teorizar muito sobre esses números, eles estão indicando que a

economia parou de demitir. Se maio e junho repetirem a estabilidade ou mesmo apontarem uma redução das demissões, principalmente na indústria, talvez já tenhamos um ponto de inflexão da queda do crescimento, ou pelo menos tenhamos atingido o fim do poço da crise econômica.

EMPREGO NO BRASIL

Taxa de desocupação no país nos últimos 13 meses



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

5 Conclusões

O comportamento da inflação medida pelo IPCA, que é o índice oficial do Governo Federal para a medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho de 1999, vem se mantendo dentro do esperado pelo mercado financeiro e pelo próprio BACEN, a quem cabe a administração da política monetária, que, aliás só dispõe de uma: subir ou descer a taxa de juros. A meta da inflação para esse ano é de 4,5% (com margem de erro de 2,0% para cima ou para baixo).

Na última sondagem realizada em meados de junho pelo BACEN, junto ao mercado financeiro, a projeção era de uma inflação no ano de 4,39%. Com a redução do preço dos derivados de petróleo de quase 10% nas bombas dos postos - com o fim do dilúvio que começou em Santa Catarina ainda no ano passado e prosseguiu neste ano pelo Nordeste e com o fim da seca em alguns estados do Sul do país -, a oferta de alimentos deve se regularizar e os preços se ajustarem em um patamar menor. Portanto, o BACEN não terá nenhuma desculpa para interromper a diminuição da taxa Selic.

Entretanto, os números aqui apresentados são por demais ainda inconclusivos para se afirmar que a economia brasileira voltará a crescer com vigor sustentável, a partir dos dois últimos trimestres

restantes, ou se ainda vai precisar de mais prazo para poder recuperar-se, principalmente no setor exportador e na indústria, os mais atingidos pela crise financeira internacional que cortou o crédito e derrubou as compras, tanto as internas quanto as externas.

Entretanto, a reação do governo federal, embora tardiamente, surtiu efeito, pois, atenuou o agravamento da crise. A política de redução dos tributos incidentes sobre os automóveis e caminhões reacendeu a demanda que havia se retraído, por conta da alta dos juros e da falta de crédito e também pela própria desconfiança sobre o futuro que a crise desencadeou por todo o mundo capitalista.

É muito inteligente a medida que busca incrementar o setor da indústria de construção civil, grande empregadora de mão de obra no país, com crédito farto e juros baixos. Em um país com *déficit* habitacional de 7,8 milhões de residências, segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), toda iniciativa em facilitar a aquisição da casa própria ao brasileiro é bem-vinda, principalmente porque pode ser feita no país como um todo, diferentemente da ajuda à indústria automobilística, que se concentra exatamente nos estados mais ricos da federação: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Outra discussão que vem dominando o mundo acadêmico e também o empresarial é se a recuperação econômica brasileira será rápida, vale dizer: restrita apenas a dois ou três trimestres negativos. Se dependesse do governo, ela nem teria acontecido. Ele vem mantendo o seu esforço keynesiano no sentido de aumentar os seus gastos, em uma busca de aumento da demanda agregada. O problema é que esses gastos têm-se resumido apenas ao servidor público: aumentos salariais e mais contratações. O gasto nos investimentos via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não consegue acompanhar o ritmo do que foi planejado. E as causas são diversas, que vão desde os problemas com as licitações das obras e licenças ambientais, passando por problemas de gestão.

Rápida recuperação da Bolsa de Valores de São Paulo é um caso que merece um estudo diferenciado, uma vez que antes da crise financeira internacional, em setembro do ano passado, a cotação passava dos 70.000 pontos; com a crise, despencou para patamares de 19.000 e hoje oscila entre os 51.000 pontos, com uma valorização de

quase 40% dos seus papéis. O Ibovespa está entre as três bolsas mais rentáveis do mundo para os aplicadores.

Finalmente, somente com a divulgação do PIB do segundo trimestre é que se terá condição de se realizar uma previsão mais próxima de uma certeza em relação a se o país vai sair mais rápido da recessão econômica do que os demais países ou não, como têm afirmado as autoridades econômicas brasileiras e o próprio presidente Lula. É esperar para ver. Fora disso, é mero ato de bruxaria.

Bibliografia

ANDRADE, Antonio Carlos. **Economia Brasileira**. Teresina: Editora da UAPI, 2009.

BACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FEIJÓ, Carmem Aparecida e outros. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri: Minha Editora; Manole, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Notícias**, 24/04/2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1356&id_pagina=1>. Acesso em: 16 jun. 2009(a).

_____. **Notícias**, 09/06/2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1384&id_pagina=1>. Acesso em: 16 jun. 2009(b).

***Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas. Doutor em História Econômica pela USP/SP e jornalista.**

AGRICULTURA MERCANTIL-ESCRAVISTA NAS FAZENDAS PASTORIS DO PIAUÍ: aspectos da produção para o mercado externo*

por Solimar Oliveira Lima*

Voltar aos começos da história do Piauí é principiar sempre pelas longas e quase intermináveis extensões de terras que aos poucos foram se constituindo fazendas. Faz-se necessário percorrer as vastidões de matas e campos recortados por rios e riachos para encontrarem espaçados pelas distâncias o relinchar dos cavalos, o mugido das reses, o canto e o silêncio do boiadeiro. Porém, diferentemente das visões românticas que se esmeraram nas narrativas bucólicas e alegorias de um passado idealizado, recorreremos ao percurso da temporalidade para um outro propósito. Pretendemos revelar, na mesma base material, o que se tornou invisível nas leituras historiográficas: experiências que configuraram variações de teias sociais imbricadas e tecidas no vagar do desenvolvimento das forças produtivas, produtos da unidade de coesão da classe senhorial.

Nos sertões, as longas distâncias não separavam apenas. Elas existiam para serem vencidas, porque uniam desejos e interesses de posses e poder. Os limites territoriais foram “a ferro e fogo” progressivamente conquistados a partir do final do século XVII. Nada resistiu aos impulsos e obstinação “dos desbravadores”, nem matas nem “ferozes e bárbaros” homens. Em um movimento sincopado, senhores derrubaram e queimaram árvores, mataram e aprisionaram populações indígenas. As terras de ninguém rapidamente ganharam proprietários, adquiridas com “bravuras” e “papel e tinta”. Para a classe senhorial e suas novas posses, densamente “povoadas por gados” e rarefeitas em gentes, as distâncias não foram obstáculos, foram a solução encontrada para a ampliação dos domínios e da fronteira econômica do Nordeste.

Este novo mundo-sertão (re)criado pela violência e força da economia colonial em expansão, encontrava-se espacialmente consolidado nos Setecentos. Nele, terras, animais e homens estavam próximos, porque desta relação dependia as riquezas senhoriais. Contudo, a rígida estrutura

social distanciava os homens. Senhores proprietários, pobres livres agregados e trabalhadores escravizados, apesar de, muitas vezes, labutarem “lado a lado”, desenvolveram tensas relações sociais marcadas pela dominação e submissão. O teor das relações estabelecidas garantia o rentável negócio de criar e comercializar gados. Durante longos anos, a pecuária piauiense foi fonte inesgotável de alimentos e de animais de tração para diversos mercados constituídos como centros exportadores, a exemplo da economia costeira nordestina e da mineradora nas Minas Gerais.

A dispersão do gado pelo interior do Piauí fez crescer o número de animais e moradores. No final do século XVIII, as terras e os habitantes estavam “prontamente estabelecidos na Capitania”. Porém, os números da comercialização do gado já não indicavam mais patamares lucrativos como outrora. Contudo, as dificuldades sentidas no comércio não afetavam o criatório e a pecuária continuava como atividade-referência nos domínios territoriais. Entretanto, os domínios buscaram alternativas para manutenção sistemática da lucratividade e de vínculos com os setores e regiões mais dinâmicos da economia. Nos Oitocentos, pode ser notada com maior intensidade a tendência à diversificação produtiva, no sentido de deslocar acumulação para explorar, também, outras atividades lucrativas, como a agricultura mercantil.

Neste processo, não houve necessariamente redução de investimentos no criatório, até porque, ele, pela característica extensiva, era praticamente imune a crises e continuou expandindo-se, embora sem apresentar nenhum processo de “modernização, quer no manejo quer nas raças”. O rebanho tendia a crescer independentemente dos mercados e sua expansão, quando associada à incorporação de novas terras, e de certa forma favorecia a diversificação para o plantio, uma vez que este se relacionava diretamente ao uso da grande propriedade. Progressivamente, áreas foram sendo destinadas a cultivos, mantendo-se as mais

propícias às pastagens ao criatório. A agricultura mercantil como alternativa de investimento aparece associada ao esforço de vinculação aos mercados mais dinâmicos da economia nacional e exterior; bem como ao crescimento demográfico, que resultou na formação de um mercado interno. Neste contexto, grandes propriedades pastoris passaram a desenvolver uma agricultura para mercado, utilizando-se de duas condições disponibilizadas pela pecuária: o latifúndio e o trabalho escravo.

Na agricultura mercantil-escravista nas fazendas pastoris, considerando o destino da produção, podemos distinguir dois tipos de lavouras: as produtoras de gêneros para o mercado interno e as produtoras de gêneros para o mercado externo. Esta distinção, em rigor, deve ser relativizada, vez que em uma e outra pode-se encontrar, dentro e fora da Província, a comercialização de produtos aqui identificados como de referência dos plantios. Neste sentido, vale ressaltar que é o caráter predominante da comercialização que determinaria a existência da produção e, portanto, a classificação aqui referenciada. Assim, estaria associada à primeira lavoura a produção de mandioca/farinha, milho e feijão, embora estes produtos fossem também vendidos, especialmente, para o Ceará e Maranhão. Na segunda lavoura, encontra-se a produção do algodão, cana e fumo destinada preferencialmente ao exterior, Pernambuco e Bahia, o que não impedia que fios de algodão, rolos de fumo e derivados da cana, como açúcar e aguardente, abastecessem também vilas e povoados da Província.

No que respeita à produção para o abastecimento externo à Província, destacam-se, como já referenciado, os plantios de algodão, de fumo e de cana. Vejamos inicialmente os aspectos relativos ao cultivo e comercialização do algodão. É fato que nas zonas sertanejas este cultivo foi largamente praticado por pequenos produtores. Nestas áreas, a lavoura revelou-se pouco exigente em investimentos, foi praticada de forma consorciada com plantios voltados à subsistência, como, feijão, milho e mandioca, e dependeu, praticamente, da força de trabalho feminina e infantil. Estas características, no entanto, não agregam ao plantio a pecha de subsistência, embora parte da produção tenha sido utilizada para a fabricação de tecido grosso para o cotidiano de seus produtores. Aqui, a produção era

eminentemente mercantil e comercializada em vilas próximas às unidades produtivas, uma vez que a comercialização exigia uma ajustada e complexa cadeia de transações.

Embora características da pequena produção fossem mantidas nas grandes lavouras, nestas ganhavam outras conotações. O grande cultivo exigiria, naturalmente, maiores investimentos, como, terras e trabalhadores. Considerando o curto ciclo vegetativo do plantio, a produção em larga escala em grandes extensões de terra tendia a compensar a utilização de trabalhadores escravizados, que era praticamente o único custo de produção. Contudo, este custo era atenuado devido à tendência - nem sempre concretizada nestas áreas - ao consórcio com produtos alimentícios e ao fabrico de tecidos rústicos para vestimentas da escravaria, ainda que a base alimentar do plantel fosse limitada à farinha e carne e que recebesse apenas "uma muda de vestimenta por ano".

Não raro, aparece em fontes documentais relativas à Parnaíba (cidade ao norte do estado) e Jerumenha (ao sul), a disposição de fazendeiros, a exemplo da família Dias da Silva, na primeira, em buscar a especialização de áreas para o plantio do algodão. "Apartavam-se" terras com o intuito da produção exclusiva, que passavam a ser denominadas "sítios". Porém, os trabalhadores escravizados permaneciam vinculados a uma fazenda próxima. Nestas propriedades, a julgar pelas fontes, a mão de obra masculina seria predominante. Da postura, pode-se inferir que pareciam predominar as experiências de evitar grandes distanciamentos entre as áreas de criatório e a lavoura. Também é certo que os homens disponibilizados nos "serviços dos sítios de algodão" eram os mesmos utilizados na pecuária, pois eram todos vaqueiros.

Nas fazendas públicas ou da Nação (o estado possuía, até 1871, estas propriedades divididas em três departamentos ou inspeções), desenvolveu-se o costume do plantio em áreas internas das fazendas, isto é, procedia-se a escolha de terras mais propícias ao cultivo, fazendo surgir as chamadas "lavouras", "sítios" e até "roças". Cabe ressaltar que a formação de *sítio* possuía conotação diferenciada em relação às fazendas privadas; nestas, como dito, tendia-se a separar as áreas. A utilização da categoria *roça* remetia à indicação de que nesta área havia o consórcio do

plântio do algodão com outros produtos, especialmente a mandioca. Nas fazendas da Nação, em razão da política de transferência de trabalhadores “machos” e adultos para outras propriedades do Império, no Rio de Janeiro e Minas Gerais, predominaria entre o plantel a presença de mão de obra envelhecida, feminina e infantil. Este plantel foi responsável pelo cultivo de algodão nas propriedades públicas.

A comercialização do algodão produzido nas fazendas privadas e públicas era realizada fora das propriedades. O Piauí passou a contar com dois importantes centros de comercialização e beneficiamento até a primeira metade do século XIX: Parnaíba concentrava o comércio da região norte e era o porto de exportação marítima; Oeiras, capital do estado até 1852, concentrava as aquisições na região centro-sul. Da antiga capital, as sacas seguiam através de tropas para Salvador e, por cabotagem, para Parnaíba ou São Luis. Teresina, atual capital, nas últimas décadas dos Oitocentos, tornou-se importante centro de comercialização, sobretudo por contar com “fábricas de fição”. No geral, o algodão era vendido a comerciantes em Oeiras e Parnaíba, sendo estes agentes os responsáveis diretos pelas exportações. Estes comerciantes, além de intermediarem as compras e vendas, possuíam boladeiras e descaroçadores para o beneficiamento do algodão. A vida urbana nestes municípios, especialmente nas zonas de aquisição do produto, era objeto constante de reclamações. Em Parnaíba, por exemplo, além do cheiro fétido proveniente das “oficinas de carne seca”, os habitantes eram “obrigados a conviverem com as sujeiras” resultantes do beneficiamento do algodão.

O algodão piauiense, em rigor, não conseguiu espaço significativo frente ao mercado externo. Na verdade, esta foi uma característica do algodão nordestino como um todo. No geral, as exportações da produção local para o exterior tendiam a crescer juntamente com a de outros centros produtores do Nordeste, quando de momentos favoráveis no comércio internacional. É crível que parte da produção piauiense tenha sido exportada sob a marca de outras províncias. Além disso, o aumento do consumo de fibras, na segunda metade do século XIX, em Teresina (PI) e em Caxias (MA), manteve durante algum período a disposição de fazendeiros para a continuidade da lavoura local. Neste particular, não houve, necessariamente, disputas por terras entre o

criatório e o plantio para exportação. As conjunturas menos propícias à comercialização do algodão forjavam a tendência, nas áreas de plantio, a um fortalecimento de outras culturas.

A crise na comercialização do algodão potencializava, em rigor, uma expansão da lavoura para consumo interno, aumentando a produção e a ampliação do comércio de produtos, como, farinha, feijão e milho. Contudo, do processo, resultou, sobremaneira, uma maior participação desta lavoura no comércio interprovincial, notadamente entre Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Esta produção seguia o curso delimitado pela malha de distribuição de mercadorias, em razão das características do comércio estabelecido entre a Província e as demais da região. Nesta relação, o fortalecimento da lavoura como economia de mercado ratificava a tendência da Província como centro ofertante de produtos desta natureza. A maior inserção da produção provincial na economia regional, a partir da segunda metade do século XIX, potencializa-se, portanto, como uma decorrência da diversificação produtiva em relação ao criatório e manutenção de uma zona segura de investimentos em torno de uma produção já testada no mercado. Os fazendeiros revelavam, assim, o seu forte viés conservador, quando se tratava da capacidade de inversão e potenciais riscos.

A capacidade de diversificação apontou, desde cedo, para uma limitação da pauta de produção e exportação para outras províncias e exterior. Uma característica importante deste processo foi a perenidade da comercialização de produtos, como, gado (vacum e cavalar), milho, feijão, fumo e derivados da cana-de-açúcar. Embora, no que respeita aos dois últimos itens, a produção provincial não fosse referência no mercado colonial ou imperial, o cultivo, beneficiamento e comercialização foram regulares. A “bem-estruturada” fazenda, pública ou privada, possuía plantação de cana. É crível que apenas as maiores dispunham de condições para produção de açúcar mascavo e aguardente. No geral, as grandes propriedades dispunham de uma estrutura integrada: canavial, moenda e alambique. Nestas propriedades, o plantio do canavial e o corte da cana eram realizados por trabalhadores de ambos os sexos, que também estavam presentes na “moedura”.

O trabalho humano na moenda limitava-se a repor a cana para ser triturada, retirar os “bagaços” e estimular com chicotes os “bois de trabalho

dispostos em pares” para fazer movimentar a engrenagem. Homens e mulheres partilhavam ainda a tarefa de produzir o melado, a rapadura, o açúcar e a aguardente. A produção de açúcar nas fazendas públicas, por exemplo, parecia não ser incipiente, produzia-se o suficiente para que os Armazéns da Fazenda Pública, em Oeiras, possuísem “um bom número de fados”. A produção de aguardente parecia não menos importante – pelo menos aos olhos dos administradores, que estimulavam o aumento da produção e o “bom apronte”, deixando explícita a preocupação pela qualidade do produto.

O plantio de tabaco foi comum em fazendas que contavam com rios, lagoas e aguadas. As lavouras, no geral, ocupavam as áreas chamadas “vazantes” – terrenos baixos e úmidos – e eram cuidadas por mulheres, especialmente nas fazendas públicas. As negras eram responsáveis pela colheita e pelo processo de dessecar e transformar as folhas em “rolos de fumo”. O estoque ficava disponível nos Armazéns da Fazenda Pública, para onde era enviada toda a produção das fazendas, e era comercializado, a exemplo de outros produtos, através de “arremate”, por negociantes.

A historiografia tem enfatizado com maior vigor a presença do algodão - provavelmente por considerar maior volume e vínculo à exportação - na agricultura mercantil-escravista piauiense, para o mercado externo. Contudo, cremos que é em torno da cana e do fumo que se desenvolve o fortalecimento do processo de inserção da economia provincial à regional. A comercialização de fumo e derivados da cana mostrou-se, especialmente nos Oitocentos, contínua e constante, enquanto que a do algodão, esporádica e não periódica. Nossas pesquisas já apontam para a regularidade da comercialização, embora ainda seja impreciso o sistemático volume da produção e capital.

***Este texto resulta da pesquisa em andamento “A produção pastoral no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, coordenada pelo prof. Dr. Mário Maestri (UPF) e financiada pelo CNPq.**

****Professor do Departamento de Ciências Econômicas e dos mestrados em Políticas Públicas e em História/UFPI. Doutor em História/PUCRS.**

AS ESCRITAS DE R. N. MONTEIRO DE SANTANA por Teresinha Queiroz*

Visão geral dos trabalhos escritos e/ou coordenados por R. N. Monteiro de Santana, a partir dos meados dos anos 1950, permite evidenciar quatro momentos de sua presença intelectual, social e política, perceptíveis em quatro distintos conjuntos de produção escrita que atendem a interesses e projetos variados.

Um primeiro momento da obra de Monteiro de Santana poderia ser definido como o da invenção da história econômica do Piauí, o que ocorre em torno do período de 1956 a 1965, com a produção de livros¹ e, sobretudo, com a divulgação de um grande número de artigos na imprensa periódica e em revistas locais e nacionais.² Em que pese essa produção intelectual ser grande, ela é dispersa e nos solicita no sentido de viabilizar a sua recuperação. Essa produção é, em parte, assinada. Quando isso não ocorre, é identificável de maneira indireta.³ Pertencem também a esse

recorte os estudos sobre a Operação Nordeste (OPENO)⁴ e sobre as diferentes zonas econômicas e sociais do Estado,⁵ realizados com vista a servir de base para o planejamento público que ele ajudava a instituir. Nesse contexto, circula, entre 1957 e 1960, a *Econômica piauiense*,⁶ revista que seguia o modelo da *Econômica brasileira* e que agregava em torno de Monteiro de Santana, Alves de Paula e Petrônio Portella alguns dos nomes mais expressivos da produção escrita e da reflexão sobre os problemas enfrentados pelo Piauí – como, Odilon Nunes, José Gayoso Freitas, O. G. Rego de Carvalho, José Camillo da Silveira Filho e Ocílio Lago. Portanto, esse primeiro bloco poderia ser nomeado de a invenção da história econômica do Piauí. Ele é marcado pela relação desse conhecimento histórico - cujo sentido era o de realçar a realidade piauiense em crise -, com o desejo de construir as bases para o planejamento

público. Em termos da experiência pessoal de Monteiro de Santana, outra expressão desse momento é seu trabalho de assessoria para os governos sucessivos de Jacob Manuel Gayoso e Almendra (1955-1959), Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962), Petrônio Portella Nunes (1963-1966) e Helvídio Nunes de Barros (1966-1970). Em virtude da natureza pública dos projetos e relatórios, eles não trazem a assinatura de Monteiro de Santana, porém, as marcas de autoria são suficientemente fortes, permitindo esse reconhecimento.

Essa produção dos anos 1950 a 1960 é significativa tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. A recuperação dessas centenas de artigos de jornais da época tem grande interesse para se conhecer a maneira, às vezes polêmica, como então se produzia o conhecimento e seus sentidos pragmáticos. Esses escritos, além de permitirem iluminar aspectos do final do governo Gayoso e Almendra, a administração de Chagas Rodrigues, o contexto da atuação de Petrônio Portella, desde quando prefeito de Teresina até a sua candidatura a governador do Estado, consistem também em parcela da reflexão mais consistente, nos meados do século XX, acerca da relação do Estado com o desenvolvimento econômico. Apontam para uma história e para uma economia em crise, desde que a história do extrativismo e da ligação do Piauí com o mercado externo alcançavam rapidamente a condição de passado. As bases da economia piauiense – pecuária e extrativismo –, ao perderem importância no final dos anos 1940, culminam com essa performance negativa da década de 1950. Ao realçar as obras primeiras de Monteiro de Santana, deve ser destacado que se trata de uma face de suas investigações - a que corresponde à perspectiva de historiador e, sobretudo, de historiador da economia piauiense.

Enquanto o primeiro conjunto da obra tem como centro a discussão da mudança no tempo, a historicidade dos processos econômicos e sociais, o segundo focaliza as espacialidades. Esse conjunto abarca as séries que resultaram da prestação de serviços de assessoria a diferentes instituições públicas em Brasília, no Paraná, no Pará, em Goiás e no Piauí.⁷ As ênfases agora estão no planejamento urbano, na regionalização, na organização espacial em correlação com as potencialidades econômicas.

No Piauí, na década de 1970, a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) e a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Fundação CEPRO) estudam a regionalização do Estado, com vistas à definição do que era configurado como possíveis polos de desenvolvimento. Pesquisas desse teor – enredando os saberes da geografia e da economia – atraíram pesquisadores como Manoel Correia de Andrade e R. N. Monteiro de Santana, cujas prioridades de pesquisa passam a ter relação com os modos de reflexão acerca do significado das vocações regionais para o desenvolvimento e a integração nacional. A história, em nosso autor, passa de certa maneira a apenas subsidiar esses novos interesses.

Nesse segundo conjunto, aparece também a sua marca na escrita, embora os trabalhos não necessariamente fossem publicados como de autoria pessoal.⁸ Esses estudos e textos de consultoria e assessoria formam um conjunto que demarca, para o período, uma das formas de apropriação, pelo Estado, das pesquisas sobre o espaço, bem como realçam a grande valorização da geografia econômica. Nesses estudos, há significativo uso de séries, tabelas, quadros, gráficos, desenhos, mapas e outros dispositivos numéricos e visuais para informar a natureza espacial dos processos econômicos, formas de expressão da ciência bastante difundidas no período.

Nessa sua segunda feição de estudioso, Monteiro de Santana aparece novamente como auxiliar de instituições que produzem conhecimento sobre o Piauí e sobre o Brasil, e vai ser flagrado em perspectiva diferente daquela de historiador da economia, aparecendo como estudioso especialmente da categoria espaço. Professor da Universidade de Brasília (UnB), acresce às suas funções docentes intensa participação em atividades de pesquisa em colaboração, como conferencista e no treinamento de técnicos em diversos Estados, com vistas à interferência na resolução das questões do desenvolvimento regional e local. No Piauí, ao prestar consultoria à Fundação CEPRO e à SEPLAN, contribui com os técnicos dessas instituições na produção de conhecimento sobre o Piauí do ponto de vista dos espaços econômicos passíveis de intervenção, que eram os espaços teoricamente reconhecíveis nas décadas de 1970 e

1980. Nesse segundo momento de sua produção escrita, Monteiro de Santana é, sobretudo, economista e geógrafo e suas preocupações como estudioso voltam-se para a configuração desses espaços econômicos, para as redes que neles se constroem, para o reconhecimento de suas especificidades com vistas à intervenção pública.

Em sua trajetória intelectual, trata-se de momento muito fértil, com a elaboração de grande quantidade de trabalhos - resultados de pesquisas empreendidas juntamente com técnicos de diferentes regiões do país. O conjunto desses textos é o mais disperso, não só do ponto de vista dos lugares de publicação, como do acesso do pesquisador a esses materiais. Essa dificuldade se acentua em virtude de esses estudos não trazerem subscrição pessoal, aparecendo como produções de equipes, sob a responsabilidade de instituições governamentais. Em alguns casos, os trabalhos de assessoria técnica e redação trazem a indicação dessas tarefas, porém, não sob forma de autoria individual, o que torna mais difícil reunir e organizar acervos dessa natureza.

O terceiro conjunto de textos do autor realça sua vocação para a discussão de natureza teórica, só que essa discussão agora se volta para uma reflexão universal que tenta recuperar, de forma ampla, a evolução da ciência econômica – sua constituição, seu progresso e a situação em que se encontra atualmente,⁹ seguindo suas palavras. Em parceria com Rita de Cássia L. F. Santos e iniciada em 1991, série de textos de teoria econômica contempla temáticas centrais, como, o surgimento e a constituição das tradições críticas na economia, a ideia de progresso, as reconstruções teóricas revolucionárias e a busca de novas teorias no século XX. Da série, consta também uma introdução metodológica. Esse conjunto de estudos teóricos foi seguido de outro, igualmente em parceria com Rita de Cássia L. F. Santos, em 1992, cujo texto-guia - “Ciência econômica: integração, unificação e reconstrução”¹⁰ - deveria ser desdobrado em três outros textos.¹¹ Produção associada às novas funções profissionais exercidas na UnB, caracteriza-se igualmente como uma escrita dispersa, com exceção do que foi publicado na forma de textos didáticos e textos de discussão na referida universidade. Esse conjunto teórico aborda os fundamentos da economia e a maneira como esse saber é inventado como um conhecimento capaz de pensar o mundo. Aqui, a

economia aparece mais como explicação e menos como forma potencial de intervenção. O maior realce é conferido às teorias econômicas dos séculos XIX e XX.

O quarto conjunto discute a nova realidade-mundo, conceito formulado por Monteiro de Santana para dar conta das avassaladoras transmutações em curso no final do século XX – para novos tempos, novos conceitos. Pensada em parâmetros radicalmente interdisciplinares, os escritos desse momento são ainda fruto de parceria com Rita de Cássia L. F. Santos. Dispersos em inúmeros suportes, esses interesses ganham a forma mais visível em três pequenos volumes,¹² que buscam dar conta da profunda inflexão política, econômica, social e cultural do final do século XX. Esses estudos deixam de ser apenas de economia – seja naqueles sentidos clássico e neoclássico do passado e mesmo no sentido da economia política - ou de se enquadrar em um estreito limite disciplinar e articulam reflexão que agrega e desloca conhecimentos, que pensa o agora, que traz para o proscênio os novos conceitos de tempo e de espaço. Nesse quarto momento, Monteiro de Santana já abandonou as explicações estruturalistas, esteadas nas diferentes concepções de sociedade, e inaugura seus estudos das redes móveis e pouco conhecidas na nova realidade-mundo. Os estudos sobre os novos enredamentos desse mundo em célere transformação foram iniciados na primeira metade dos anos 1990 e teve série lançada a partir de 1997. A desconfiguração do mundo contemporâneo, os deslizamentos das relações sociais e econômicas, o esgotamento dos modos de explicação do passado e o emergir dessas novas relações mundializadas, para os autores, só podem ser percebidos na medida da compreensão dos deslocamentos dos conceitos de tempo e de espaço. Dessa forma, as chaves teóricas e os quadros conceituais utilizados no primeiro conjunto, o da história econômica; no segundo, o dos estudos regionais e espaciais; e no terceiro, o das teorias econômicas, são deslocados no quarto conjunto – que sugere leitura capaz de romper as fronteiras disciplinares –, ao tempo em que aponta para a diluição das relações sociais que configuravam aquele velho mundo conhecido. Essas novas relações, fadoras do que alguns consideram a nossa condição pós-moderna, operacionalizam esses deslocamentos, desviando

a ação e o pensamento daquela antiga segurança proporcionada pela âncora da velha relação sujeito-objeto. Para os autores, essas novas configurações da prática contemporânea fazem com que os conceitos de tempo e de espaço sejam radicalmente transformados, minando a capacidade explicativa daquelas perspectivas de mundo que ainda em parte se sustentavam no final da década de 1980 e começo da década de 1990.

O conjunto que discute a nova realidade-mundo possibilita pensar os novos arranjos culturais contemporâneos, nos marcos da perda do poder explicativo dos paradigmas convencionais, vindos dos séculos XVIII e XIX, e que informaram parte do pensar do século XX. Especialmente nos anos 1960 e 1970, esses deslocamentos nas fronteiras dos conhecimentos disciplinares instituídos e o vigor das teorias desconstrucionistas rearticularam, sob outros termos, a história e a economia - objetos principais de interesse de Monteiro de Santana -, permitindo o repensar dos conceitos de espaço e de tempo, deslocamentos em parte operados em função da exponencial transformação no mundo pela mediação das novas tecnologias de apropriação universal. Essa grande virada não aparece de imediato entre os pensadores brasileiros, por razões cuja enunciação não é cabível aqui. Esses pequenos livros, instigantes e provocadores, tematizando a nova realidade-mundo, alertam não somente para os novos tempos, como para o empobrecimento dos velhos conceitos e para seus limites, ao significar esse novo mundo inútil.

Em síntese, no primeiro conjunto, o autor trabalha preferencialmente o tempo; no segundo, o espaço; no terceiro, trata das explicações do mundo no marco da ciência econômica; no quarto, esses saberes já estão articulados e deslocados, visto que a maneira como as ciências sociais se construíram ao longo do século XX entra em crise - rebatendo nos velhos conceitos de tempo e espaço, pondo sob suspeição as certezas da relação sujeito-objeto, considerado enfraquecido o poder explicativo dos diferentes *ismos*, e já se configurando o esvaziamento desses conceitos.

Notas

1 SANTANA, R. N. Monteiro de. *Introdução à problemática da economia piauiense*. Teresina: Centro de Pesquisas Tecnológicas do Piauí, 1957; _____. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964; SANTANA, R. N. Monteiro de. *Perspectiva histórica do Piauí*. Teresina: Edições Cultura, 1965.

2 Centenas de artigos do autor desenvolvendo temas ligados à economia brasileira, à história econômica do Piauí e aos imperativos do planejamento público podem ser consultados em coleções dos jornais *O Dia* e *Folha da Manhã*, ambos de Teresina. Exemplos de artigos publicados em revistas de circulação nacional são: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Comércio piauiense*. *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, pp. 52-61, maio 1961; _____. *Maniçoba piauiense*. *Observador econômico e financeiro*, Rio de Janeiro, pp. 37-41, maio 1962.

3 Um exemplo possível é o do texto "Comércio piauiense", publicado no *Observador econômico e financeiro*, do Rio de Janeiro, e que já havia sido publicado, sem indicação de autoria, na *Econômica piauiense*. SANTANA, R. N. Monteiro de. *Comércio piauiense*. *Econômica piauiense*. Teresina, v. 4, n. 3, pp. 207-220, jul./set. 1960.

4 SANTANA, Raimundo. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 692, 9 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 693, 13 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 694, 16 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 695, 20 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 696, 23 ago. 1959, p. 1; _____. *Operação Nordeste*. *O Dia*, Teresina, ano 9, n. 697, 27 ago. 1959, p. 1.

5 SANTANA, R. N. Monteiro de. *Região sertanejapastoril*. *Econômica piauiense*. Teresina, v. 4, n. 2, pp. 74-144, abr./jun. 1960; SANTANA, Raimundo. *Vale do Longá I*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1125, 19 set. 1963, p. 4; _____. *Vale do Longá II*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1126, 23 set. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá III*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1128, 30 set. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá IV*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1129, 3 out. 1963, p. 4; _____. *Vale do Longá IV*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1130, 7 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá VI*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1131, 10 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá VII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1132, 14 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá VIII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1133, 17 out. 1963, p. 4; _____. *Vale do Longá IX*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1134, 21 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá X*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1136, 28 out. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá XI*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1137, 4 nov. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá XII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1138, 4 nov. 1963, p. 6; _____. *Vale do Longá XIII*. *O Dia*, Teresina, ano 13, n. 1139, 7 nov. 1963, p. 4; _____. *Caminhos, Estradas e Rodovias VI*. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1255, 04 jun. 1964, p. 2; _____. *Caminhos, Estradas e Rodovias VII*. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1261, 11 jun. 1964, p. 2; _____. *Caminhos, Estradas e Rodovias IX*. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1266, 17 jun. 1964, p. 2.

6 *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 1, jan./mar. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 2, abr./jun. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 3, jul./set. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 1, n. 4, out./dez. 1957; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 2, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1958; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 3, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1959; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 1, jan./mar. 1960; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 2, abr./jun. 1960; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 3, jul./set. 1960; *ECONÔMICA PIAUIENSE*. Teresina, v. 4, n. 4, out./dez. 1960.

7 Parcela dessa produção pode ser visualizada, de maneira exemplificativa, nos seguintes textos: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Anotações sobre o processo de regionalização do Brasil*. Brasília: UNB/SERFHAU, 1972; _____. *Possibilidades econômicas do médio Goiás*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1972; _____. *Transamazônica: desenvolvimento urbano e rural*. Brasília: SERFHAU/MINTER, 1972; _____. *A rede urbana da região geo-econômica de Brasília*. Brasília: FUB/SUDECO, 1973; _____. *O subsistema Brasília-Anápolis-Goiânia: um modelo de organização espacial*. Brasília: MINTER/FUB, 1974; _____. *Organização regional: um estudo de caso*. I ENCONTRO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 1974. *Anais* - São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, 1975;

_____. *Área de influência direta de Brasília*. Brasília: FUB/GDF, 1974. v. 3; _____. *Espaço e desenvolvimento regional*. Curitiba: FIPE/USP, 1976. _____. *Estrutura espacial do Piauí: um modelo de política regional e urbana, consultoria e análise, relatório de pesquisa – 1*. Teresina: CEPRO, 1976; _____. *Espaço e planejamento: uma estratégia para o Distrito Federal*. Brasília: FUB/GDF, ECO/UnB, 1976; _____. *Espaço e planejamento regional*. Brasília: ECO/UnB, n. 36, jul. 1976; _____. *Aspectos espaciais das funções de Brasília*. I SEPLAG, 1976. Anais... Brasília: I SEPLAG, 1976.

8 Exemplo nesse sentido é o do relatório a seguir: ESTADO DO PIAUÍ. Fundação CEPRO. *Estrutura espacial do Piauí*. Um modelo de política regional e urbana: consultoria e análise. Teresina: Fundação CEPRO, 1976. [Relatório de Pesquisa, 1].

9 SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *Delimitação e esquematização do método na ciência econômica*. Brasília: Editora da UNB, maio 1991. 24p; _____. *A constituição da ciência econômica: problemas, teorias e tradição crítica*. Brasília: Editora da UNB, julho 1991. 21p; _____. *O progresso na ciência econômica: estrutura inicial*. Brasília: Editora da UNB, setembro 1991. 36p; _____. *O progresso na ciência econômica: reconstruções teóricas revolucionárias*. Brasília: Editora da UNB, novembro 1991. 98p; _____. *A situação atual na ciência econômica: em busca de novas teorias*. Brasília: Editora da UNB, dezembro 1991. 27p; _____. *Ciência econômica: constituição, progresso e situação atual: introdução metodológica*. Brasília: Editora da UNB, dezembro 1991. 19p.

10 SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *Ciência econômica: integração, unificação e reconstrução*. Brasília: Editora da UNB, fevereiro 1992. p. 3.

11 De acordo com os autores, o ensaio constituiria o texto-guia do projeto 2, do programa de pesquisa dos autores, a ser desdobrado posteriormente em três outros textos: Ciência econômica: o processo de integração crescente; Ciência econômica: rumo a teorias unificadas e Ciência econômica: uma proposta de reconstrução. SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *Ciência econômica: integração, unificação e reconstrução*. Brasília: Editora da UNB, fevereiro 1992.

12 SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Rita de Cássia L. F. *A nova realidade-mundo: um programa de pesquisa*. Teresina: Edição dos Autores, 1997. 42p; _____. *A nova realidade-mundo: elementos concorrentes para a construção da nova realidade-mundo*. Teresina: Edição dos Autores, 1998. 118p; _____. *A nova realidade-mundo: as transformações em curso*. Teresina: Edição dos Autores, 2001. 27p.

***Graduada em Economia e História pela UFPI, é professora do Departamento de Geografia e História e do Mestrado em História do Brasil/UFPI. Doutora em História/USP.**

ARTE SANTEIRA DO PIAUÍ

por Áurea da Paz Pinheiro* e Cássia Moura**

Em 2008, finalizamos pesquisa sobre a arte santeira do Piauí. O trabalho contemplou três níveis de aproximação: levantamento preliminar, identificação e documentação do ofício e modos de fazer dos santeiros, localizados nos municípios de Teresina, Campo Maior, José de Freitas, Pedro II e Parnaíba.

O conhecimento apresentado subsidiará a 19ª Superintendência Regional – Piauí (SR-PI), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nas ações de salvaguarda referentes à arte santeira do Piauí.

Desde o início dos trabalhos com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), a equipe buscou orientações junto aos técnicos do IPHAN, sejam aqueles vinculados à 19ª SR ou ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Nas orientações dos técnicos, foram recorrentes as discussões sobre o Manual de Aplicação, o que estimulou trocas de experiências, saberes e práticas fundamentais para os pesquisadores, antes do início dos trabalhos de campo.

A equipe realizou reuniões periódicas com os

técnicos, que acompanharam, supervisionaram e deram apoio ao trabalho. No processo de acompanhamento e avaliação da qualidade do trabalho realizado, indicaram ajustes quando necessários. O acompanhamento ocorreu desde os primeiros contatos entre as pesquisadoras responsáveis pelo INRC¹ e os técnicos da SR-PI. Foram realizadas reuniões para capacitação de pesquisadores, aplicação do Manual INRC e encontros com representantes do DPI e demais superintendências regionais do IPHAN.

As discussões mais recorrentes entre os técnicos que acompanham a produção de inventários dessa natureza dizem respeito: ao patrimônio imaterial; à propriedade intelectual-política para a cultura e mercado; a inventários e interdisciplinaridade – as parcerias; e à construção da salvaguarda e critérios para contratação de equipes, aplicação da metodologia e apresentação dos resultados.

Atualmente, existem algumas questões na pauta de discussão dos técnicos do IPHAN, espalhados pelas superintendências regionais: necessidade das equipes que iniciam os

inventários realizarem a sua finalização - edição de vídeos e material impresso para compor o dossiê de registro do bem inventariado; e direitos autorais e de propriedade intelectual dos indivíduos e grupos envolvidos nos inventários.

O trabalho inicial da equipe se caracterizou pelas seguintes atividades, denominadas, pelo Manual de Aplicação, de etapa de levantamento preliminar: estudo e familiaridade com o Manual de Aplicação; construção dos referenciais teóricos: memória, cultura, identidade, arte, bens e patrimônio cultural; pesquisa bibliográfica; e contatos preliminares com os santeiros nas localidades-objeto do inventário.

Definiu-se como sítio o estado do Piauí e iniciou-se a etapa preliminar pela capital, Teresina, o que se justificou pelo fato de a cidade abrigar um maior número de artesãos santeiros, em um momento em que o trabalho de prospecção era realizado de forma exaustiva.

O estudo de fontes secundárias, as entrevistas temáticas e a convivência com os informantes permitiram ler a arte santeira como um artefato representativo da cultura local-regional e, por conseguinte, brasileira. As entrevistas, mesmo privilegiando questões-problemas, possibilitaram-nos conhecer as trajetórias de vida dos santeiros, que têm a sua arte marcada por uma religiosidade popular típica do Nordeste brasileiro, com vivências e experiências rurais e urbanas; marcadas por uma espiritualidade bem peculiar, expressões devocionais recorrentes de um diálogo entre as diversas culturas que forjaram e têm reelaborado temporalmente a identidade brasileira e nordestina em particular.

A circulação e a divulgação da arte santeira do Piauí ocorrem especialmente através de eventos, como, exposições, feiras e salões promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Programa de Desenvolvimento do Artesanato (PRODART). Outra forma de divulgação é o contato com o consumidor, feito de forma direta ou por meio de intermediários. Alguns dos grandes consumidores de artefatos do ofício e modos de fazer da arte santeira do Piauí são os sacerdotes da igreja católica, que procuram os artesãos para ornarem os templos com suas peças.

Em Teresina, é possível identificar espaços emblemáticos para a arte santeira. Dentre eles, a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro

Vermelha; a Central de Artesanato Mestre Dezinho - onde funciona o PRODART -, no centro da cidade, na Praça Pedro II, onde se localiza também o Teatro 4 de Setembro; o Mercado Central, próximo à Praça Marechal Deodoro da Fonseca, mais conhecida como Praça da Bandeira; o Memorial Mestre Dezinho, no Bairro Vermelha, próximo à Igreja Nossa Senhora de Lourdes; a Oficina Chico Barros, no bairro Monte Castelo; o Conselho de Jovens e Artesãos, que representa os interesses desse seguimento social; e a Casa da Cultura, onde ocorrem exposições periódicas. Os artesãos do interior do Piauí têm suas peças espalhadas nos municípios onde residem (Campo Maior, Parnaíba, Pedro II, José de Freitas) e nos municípios vizinhos.

A pesquisa permitiu inferir que há necessidade de **incentivar e salvaguardar** o ofício e modos de fazer da arte santeira do Piauí, pois:

- ✓ Faltam recursos para que os artesãos, santeiros possam investir em equipamentos, matérias-primas, comercialização de seus produtos e ensinar a outros o seu ofício;
- ✓ Os artesãos não têm capital de giro;
- ✓ A figura do intermediário é uma realidade. Esses sujeitos se aproveitam da precária condição de subsistência de alguns artesãos, compram as obras por um preço irrisório e vendem-nas por preços superiores aos comprados dos produtores diretos;
- ✓ Alguns artesãos vivem em precárias condições de existência material;
- ✓ Falta uma política de conscientização e incentivo à participação dos artesãos em cooperativas e associações;
- ✓ Há poucos eventos de divulgação local para o trabalho dos artesãos; que reclamam, sobretudo, da inexistência de concursos, a exemplo dos já realizados salões de arte santeira, promovidos pelo

Foto: Cássia Moura



Foto: Cássia Moura



governo do estado, por meio do PRODART e em parceria com o SEBRAE.

Nesse sentido, é preciso a criação de:

- ✓ Fontes de financiamento específicas, para que os artesãos possam comprar equipamentos e matérias-primas, além de criarem um capital de giro; o que poderia ser feito em parceria entre as cooperativas, associações e bancos públicos;
- ✓ Políticas de educação patrimonial com professores, alunos, cooperativas, associações e comunidade em geral, para se conhecer e reconhecer o valor da cultura local;
- ✓ Incentivos à comercialização direta, pelos próprios artesãos, de suas obras aos consumidores; o que pode ser feito, por exemplo, por meio da revitalização das lojas da Central de Artesanato Mestre Dezinho (Teresina) e do Porto das Barcas (Parnaíba);
- ✓ Política sistemática para a realização anual dos salões de arte santeira e regional, buscando novas parcerias com o poder público e iniciativa privada.

A **arte santeira** é uma importante manifestação cultural do estado do Piauí; daí, a necessidade de salvaguardar o ofício e modos de fazer dessa produção artística. A transmissão de saberes e modos de fazer se realiza a partir da relação mestre/aprendiz. A maioria dos santeiros do Piauí é autodidata ou aprendeu o ofício com algum mestre em uma oficina. Começam, na maioria das vezes, produzindo peças simples, como ex-votos, até avançarem para as esculturas sacras.

A importância desse **ofício e modos de fazer** é evidenciada pela produção de artefatos de madeira esculpidos ou talhados por um significativo número de artesãos provenientes de grupos

populares do estado. A criatividade que envolve o trabalho desses artesãos se materializa em formas com temáticas religiosas, permitindo a criação do ofício de **santeiro**, denominação dada pelos próprios detentores desse “saber-fazer”.

Ao se requerer o registro da arte santeira no livro de saberes (seu ofício e modos de fazer), propõe-se o reconhecimento de um bem cultural emblemático para o estado do Piauí. É preciso valorizar o conhecimento das técnicas e matérias-primas utilizadas na produção de artefatos em madeira e marcados por uma religiosidade popular e devocional.

Com o registro da arte santeira, seu ofício e modos de fazer, haverá a inserção do Piauí na rota das políticas públicas culturais de competência do IPHAN. A arte santeira representa um bem de inestimável valor cultural para a formação da identidade da população do estado, preenchendo, assim, os requisitos necessários ao seu registro e salvaguarda.

O registro da arte santeira do Piauí é um instrumento possível de garantir a salvaguarda do ofício e modos de fazer desses mestres; são eles os legítimos detentores do “saber-fazer”, sendo necessário garantir-lhes as condições satisfatórias para continuidade do ofício e modos de fazer, para a sua salvaguarda. Nesse sentido, o registro se justifica pela necessidade de garantir a continuidade do “saber-fazer”, vez que o mestre santeiro transmite às novas gerações os segredos das técnicas do ofício e dos modos de fazer.

Nota

¹Áurea Pinheiro e Cássia Moura

*Professora do Departamento de Geografia e História e do Mestrado em História do Brasil//UFPI. Doutora em História Cultural/UNICAMP

**Pesquisadora/Fotógrafa

O PACOTE HABITACIONAL

por Mário Ângelo M. de Sousa*

O governo federal anunciou, no final de março passado, o pacote da habitação, propagandeado como ação de combate à crise econômica e ao *déficit* habitacional no país, que é de mais de 20 milhões de unidades - sendo 7 milhões de *déficit* quantitativo (falta absoluta de moradias) e 13 milhões de sub-habitações; trata-se do programa “Minha Casa, Minha Vida”, para a construção de 1 milhão de moradias destinadas à população de baixa renda.

O anúncio não dispensa os debates sobre os melhores meios para implantar o pacote habitacional. Mas, não há dúvidas de que a iniciativa é mais uma medida positiva para enfrentar os efeitos da crise do capitalismo exportada pelos EUA e, principalmente, uma ação social que, realizada, terá amplas consequências para o crescimento da economia, do emprego, e para a melhora das condições de vida da população de baixa renda.

No nosso entendimento, o problema habitacional no Brasil é antes de tudo o acesso à terra urbanizada. A posse da propriedade de terra no Brasil é tão sagrada e enraizada que não é fácil conseguir terra para a população mais pobre, uma vez que a terra urbana valorizada vem desde a época colonial, e sempre foi apropriada pelos grupos de elite, que, a partir do século XIX, começaram a estabelecer diferenças significativas de valor entre as áreas ricas e pobres.

Uma política de ampliação do direito à moradia deve ser focada nas necessidades habitacionais das populações de baixíssima renda e na reabilitação de edifícios existentes, localizados em espaços urbanos consolidados, em especial nos centros das cidades, aproveitados para moradias populares, evitando a criação de guetos nas periferias e enormes impactos ambientais e na mobilidade urbana.

Embora se configure como um pesadelo para as construtoras, o Estatuto das Cidades - que até hoje os municípios se eximiram de aplicar, criado em 2001 para resolver os problemas fundiários e de ocupação de terras nas áreas urbanas - poderia funcionar como um importante componente para a realização do sonho da casa própria junto à população de baixa renda. A quantidade de imóveis vazios no Brasil corresponde a mais de dois terços

do *déficit* habitacional e, no Sul e Sudeste, esses valores são quase equivalentes. Por não cumprirem a sua “função social”, muitos estariam sujeitos a uma série de ações do poder público, como o IPTU progressivo no tempo e utilização compulsória.

A questão central é combater o padrão periférico, precário e segregador de localização das moradias populares, que marca a política habitacional até agora vigente, em larga escala, nas cidades brasileiras. Para isso, é fundamental fazer todos os esforços de efetivação dos instrumentos de reforma urbana existentes, tais como, o Estatuto da Cidade, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e a recém-aprovada Lei Federal 11.888/2008, de Assistência Técnica.

No artigo “As armadilhas do pacote habitacional”, publicado no “Le Monde Diplomatique Brasil”, Raquel Rolnik e Kazuo Nakano, com opiniões abalizadas e respeitadas no meio dos movimentos sociais, salientam que

(...) o plano habitacional carece de uma estratégia fundiária e urbanística, o que pode resultar num substancial aumento no preço dos terrenos, com duas possíveis implicações: o subsídio oficial pode ser apropriado pelos donos de terras e a população de baixa renda ficar alocada em terrenos mais baratos – e, assim, apartados.

Suas observações críticas são pertinentes e isto pode significar, na prática, um problema grave, pois, ao produzir casas sem que os municípios tenham aplicado o Estatuto da Cidade e resolvido o problema da terra - obrigação não cumprida -, a tendência é que as casas sejam feitas longe do centro, encarecendo o processo, onerando o poder público, criando um problema de urbanização e gerando bairros pobres na periferia. Sem a aplicação do estatuto, cria-se a tendência de as construtoras buscarem primeiramente o consumidor de maior renda na venda de casas, o que comprometeria decisivamente o programa.

Os movimentos sociais, e em particular as entidades sindicais, devem refletir sobre o programa anunciado e pautar a sua agenda na perspectiva de uma reforma urbana preconizada nas diretrizes propostas pelo Plano Nacional de

Habitação (PLANHAB) - debatido durante quase dois anos pela sociedade civil -, Conselho das Cidades e autoridades públicas, para que seja um programa com participação popular e não com determinação vinda de cima pelas empreiteiras

e/ou pelo ramo da especulação imobiliária da construção civil.

***Geógrafo, professor do Departamento de Geografia e História da UFPI, Mestre em Desenvolvimento Urbano e Regional pela UFPE.**

ECONOMIA EM LETRAS

por José Ribamar Moreira Neto* e Mamadú M. Baldé**

Há alguns meses, tem-se comentado nas rodas de discussão sobre economia qual seria o real formato da curva da atividade econômica global nesse período de crise. Para alguns, o formato de tal curva seria parecido com um V; para outros, seria em forma de U. Pois bem, vamos aos fatos.

A atividade econômica global, no período anterior à crise, estava em ritmo acelerado. Víamos rápidos giros de estoques, mercado acionário em movimento altista interminável, contratos no mercado *spot* sendo negociados com um ágio elevado em relação a contratos de maior duração. Em meio a todo esse sonho de economia pujante, não se via nem sinal de uma reversão na próxima esquina, o trânsito estava livre, só bastando aos agentes apertar no acelerador mais e mais. Porém, havia uma enorme cratera se formando bem à nossa frente. Foi aí que veio o tombo e toda aquela riqueza até então criada perdeu valor em questão de meses. Não estávamos preparados.

Com a queda no ritmo da atividade econômica, começou a pipocar por todos os lados a dúvida de quem seria a culpa. Achados os culpados, os prognósticos agora se voltam para a análise de em quanto tempo sairemos desse atoleiro. Daí, surge a simbologia do V (rápida saída da crise) e do U (retomada do ritmo de atividade da economia de forma mais lenta).

O que o mercado parece ter precificado nos últimos meses é que a economia mundial retomará a trajetória do ritmo de crescimento antes do que dizem os analistas mais otimistas, ou seja, adotando a ideia do V. Esse movimento é corroborado pela observação de que, atualmente, tanto no mercado acionário quanto no de *commodities*, há um repique de grande intensidade aos patamares de preços testados nos momentos anteriores à crise financeira.

No entanto, fazendo uma análise da economia real, podemos observar que o cenário de conjuntura econômica mundial ainda não está muito claro,

tendo em vista que tanto os níveis de desemprego como os níveis de investimentos ainda permanecem empatamares considerados preocupantes.

É fato consumado que as bolsas costumam antecipar com muita antecedência as possíveis tendências futuras, mas é fundamental que o investidor não se deixe levar por um “comportamento de manada”, que seja crítico e realista para avaliar até que ponto essa retomada é, de fato, consistente.

Outro fator a ser avaliado é se as políticas econômicas expansionistas adotadas pelos governos ao redor do mundo não estariam contribuindo para esse movimento inflacionário de ativos financeiros que estamos observando neste primeiro semestre de 2009. Se isso realmente estiver acontecendo, então, a dita “mão invisível” do mercado, tantas vezes culpada nestes tempos de crise, encontrou o auxílio de outra “mão”, materializada (a do Estado), para se livrar das algemas que foram impostas a ela.

Quando essa possível nova bolha estourar, em um futuro não muito distante, a economia novamente entrará em um movimento declinante e a atividade econômica assumirá o formato de um W (outra letra!!!!).

É necessário ter em mente que da mesma forma como o mercado extrapolou todas as expectativas nos momentos de crise mais intensa, ele pode repetir esse comportamento não muito racional nesse momento de ânimo e recuperação da confiança dos agentes.

Agora, chega de U, V ou W. Vamos tocar o barco e buscar não repetir os erros do passado.

***Aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI**

****Aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. De nacionalidade guineense (Guiné-Bissau), é beneficiado por convênio firmado entre o Brasil e países da América Latina, África e Caribe.**

A QUESTÃO DA HEGEMONIA REGIONAL: Piauí (1960-2000) por Francisco Pereira de Farias*

Em sua análise da fase do capitalismo financeiro, Nicos Poulantzas afirma que o capital comercial tende a estar subordinado ao capital industrial, que com frequência possui suas próprias redes de distribuição. Assim, se o capital comercial intervém na competição intercapitalista, ele não detém nem a preponderância econômica nem a hegemonia política.¹

Se essa caracterização do capital comercial é justa no plano nacional, porém, no plano regional pode ocorrer o domínio desse capital, especialmente em área periférica do país. É isso que procuramos mostrar no caso do estado do Piauí.

1 A preponderância econômica

Com a conversão do capital mercantil exportador em capital mercantil de mercado regional, a partir dos anos de 1950, construíram-se as estradas para a chegada do novo capital comercial, que transaciona os bens industriais provenientes do Centro-Sul do país. Já a partir dos anos de 1960, o novo capital comercial (comércio varejista) supera o capital mercantil (comércio atacadista).²

Desde então, o novo capital comercial passou a uma posição dominante na economia do Piauí. Como mostram os quadros abaixo, nas décadas de 1970/1980, o setor de serviços, liderado pela atividade comercial, partindo de um nível importante de participação no Produto Interno Bruto (PIB), teve uma taxa de crescimento mais elevada não apenas que os outros segmentos econômicos locais, mas também que a média regional e a nacional dentro do setor.

Quadro 1 - Composição do PIB – Piauí: 1970, 1975, 1980 e 1983 (%)

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1970	27.3	24.0	48.7	100.00
1975	29.2	17.5	53.3	100.00
1980	22.6	18.9	58.5	100.00
1983	11.8	19.2	69.0	100.00

Fonte: Oliveira, 1990, Tab. AI-1c.

Quadro 2 - Taxa de crescimento do PIB, 1970-1983. Piauí, Nordeste e Brasil (%)

	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
PI	1.8	6.7	11.5	8.5
NE	3.7	8.2	9.1	7.8
BR	5.8	6.6	7.7	6.7

Fonte: Oliveira, 1990, Tab. AI-1d.

Em 1982, os setores primário e secundário participam, em média, com 20% e 11%, respectivamente, no total da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) no estado, enquanto o setor terciário contribui com 69% dessa arrecadação, destacando-se o comércio varejista.³

Vários fatores contribuem para o domínio do capital comercial no Piauí periférico. A partir dos anos de 1960, a região Nordeste passou por um processo de industrialização, ainda que se trate de uma indústria dependente da tecnologia e das finanças da economia de São Paulo. Mas nem todos os estados do Nordeste foram integrados a essa expansão do capital produtivo na região. Se Bahia e Pernambuco formaram uma burguesia industrial interna importante, ao menos até os anos de 1980 (tendo em vista que, em seguida, o ciclo neoliberal destruirá certas indústrias estratégicas nesses estados), os estados de Sergipe e Piauí não conseguiram mobilizar as forças para tal transformação. É nesse sentido que se diz que esses últimos estados são "atrasados". Ora, a outra face desse atraso capitalista é a preponderância econômica e política do capital comercial no bloco de forças capitalistas desses estados. Cabe a indagação de por que esta prevalência do capital comercial.

A lei do desenvolvimento desigual do capitalismo - dado que a industrialização de um espaço se faz pelo domínio de certas economias periféricas onde as forças produtivas restam bloqueadas - é um elemento de explicação, mas não suficiente. É necessário que indiquemos os fatores que conduzem certas áreas à posição dominada. No caso do Piauí, esses fatores serão, sobretudo, o seu ciclo tardio de economia agroexportadora e a sua fraqueza política no quadro da federação nacional. A pouca força do

bloco agroindustrial interno não é senão que a outra face do poder do capital comercial.

Um ciclo de exportação agrícola, com base na borracha e óleo vegetal, teve início no Piauí no fim do século XIX, justamente no momento em que outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Maranhão, redimensionavam suas economias exportadoras em direção ao mercado nacional. Essa diferença entre o tipo de burguesia mercantil – de mercado interno ou internacional – que dominava a economia agrícola sub-regional explica, em parte, a posição dominada do Piauí na cadeia do desenvolvimento capitalista regional. A dominação da fração mercantil interna permitiu certa diversificação das atividades econômicas, combinando melhor a agricultura, a indústria e a urbanização. Ao contrário, a dominação da burguesia internacional era mais “parasitária” das forças produtivas locais. Quando a economia agrícola do Piauí, em razão da crise da demanda internacional, deveria se redimensionar em direção ao mercado interno, as condições para fazê-lo eram menos favoráveis em face da competição dos outros estados na região. Finalmente, a economia do Piauí tornou-se, a partir dos anos de 1950, um satélite da economia de Pernambuco.

Mas devemos acrescentar outro elemento para melhor se compreender o atraso industrial do Piauí, uma vez que o estado do Ceará, que era um satélite de Pernambuco desde o fim do século XIX, conseguiu constituir, após os anos 1960/70, um considerável setor industrial, ao menos mais importante do que o do Piauí. É que os recursos políticos do bloco de forças econômicas do Piauí são menos fortes que aqueles do bloco do Ceará. Primeiro, este último estado tem um conjunto eleitoral mais largo, ao mesmo tempo em que construiu uma unidade político-parlamentar mais forte sob a liderança do chefe do executivo, o que dá mais eficácia às suas demandas no plano nacional. Segundo, as associações corporativas da burguesia do Ceará conquistaram uma participação mais forte de seus membros e, em consequência, elas puderam assumir um papel mais ativo na cena política local e nacional. Terceiro, o bloco econômico do Ceará soube romper com o discurso da “vocação agrícola” local.

O domínio do capital comercial impõe restrições ao parque produtivo da área periférica. Tal fração do capital não tem o interesse no desenvolvimento das

forças produtivas da periferia, pois isso a enfraqueceria como força distribuidora dos produtos do centro econômico.

2 A hegemonia política

As políticas governamentais – infraestrutura, crédito e impostos, administração, equipamentos sociais – privilegiam os interesses do capital comercial no estado.

O sistema de estradas pavimentadas, constituído a partir dos anos 1960/70, liga, sobretudo, as grandes cidades locais às estradas federais. As estradas rurais estão sempre em dificuldades, pois, sob a responsabilidade das municipalidades, estas não têm nunca os recursos para melhorá-las. A Associação dos Prefeitos do Piauí faz reiteradas críticas a esse sistema que favorece o transporte de produtos de outros estados, em detrimento da produção agrícola local.

O sistema de energia elétrica é também criticado pelos representantes do setor agrícola e pelos representantes da indústria urbana. Como em outros estados, uma usina hidroelétrica foi construída no Piauí durante os anos de 1960; mas, o governo local não foi capaz de praticar uma política de preços diferenciados, favorecendo o consumo produtivo de energia – como foi o caso no estado de São Paulo. No Piauí, os representantes do capital comercial – a Associação Comercial e a Câmara dos Dirigentes Lojistas – manifestaram uma forte oposição a uma política de preços diferenciados para a energia, ameaçando transferir suas atividades para outras regiões. Estes representantes argumentavam que uma prática de preços reduzidos para certos segmentos sociais implicaria necessariamente uma elevação de impostos locais, o que o comércio não estava “em situação de suportar”. O comércio aparece como o principal consumidor local de energia elétrica.

As condições de crédito foram favoráveis às atividades comerciais. O setor tornou-se o primeiro a beneficiar-se de linhas de crédito governamentais locais. Como mostra a análise das operações do banco local de desenvolvimento, o financiamento às empresas comerciais e de serviços (contabilizado sob a rubrica “crédito geral”) é bem mais elevado que os créditos para as empresas agrícolas ou industriais.

É verdade que os dirigentes do comércio manifestaram, durante diversas ocasiões, insatisfação com relação às taxas de impostos e ao limite do valor de créditos autorizados às

Quadro 3 - Banco do Estado do Piauí - Aplicações, 1973

Crédito	%
Industrial	22.7
Rural	29.6
Geral	44.5
Habitação	3.2
Total	100.00

Fonte: Mello, C., 1973, P.124.

empresas no banco estatal. Aparentemente, estamos diante do seguinte caso: se as políticas beneficiaram objetivamente o capital comercial, isso é feito sem o acordo dessa fração econômica. Mas, convém lembrar que as classes proprietárias não gostam de pagar os impostos. Cada uma delas prefere que as outras os paguem. Ora, os membros da fração hegemônica, embora saibam que a política lhes é favorável, tentam passar às outras frações de classe uma carga mais elevada. Existe o caso em que as reclamações se fazem com relação a certos segmentos do grande comércio; por exemplo, o segmento de máquinas agrícolas não toma em consideração o interesse do conjunto da fração comercial. Quanto à limitação do valor de créditos disponíveis, sabe-se que isso permite evitar que duas ou três grandes empresas monopolizem os recursos do banco estatal local.

A impulsão à renda interna no Piauí é dada cada vez mais pelos recursos governamentais obtidos das transferências federais. A aplicação dos recursos federais é feita, sobretudo, para o pagamento dos salários do pessoal estatal, que se tornou o principal setor do mercado local de consumo. Em 1967, 43% das receitas governamentais do Piauí provinham das transferências federais; em 1975, essas transferências aumentaram para 72%. Em 1996, quase 90% dos recursos governamentais – Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e Fundo de Participação do Estado (FPE) – foram utilizados para pagamento do pessoal estatal. Durante os anos 1980/90, era frequente a situação em que o governo não podia pagar normalmente os funcionários.

Poder-se-ia dizer que esse seria um bom exemplo para a teoria da independência do Estado em face dos grupos privados, uma vez que a grande maioria dos recursos é utilizada em benefício do próprio aparelho estatal. Tomando por certo que todo Estado necessita de recursos para preencher sua função geral de manter a ordem social, favorecendo assim a todas as classes de proprietários, resta compreender-se por que em

certos períodos constata-se seja a expansão seja a redução dos recursos estatais ou do pessoal político-administrativo. No caso do Piauí, durante os anos 1960/90, é provável que a taxa de expansão do pessoal estatal não esteja ligada ao ritmo de desenvolvimento das forças produtivas locais. Vê-se, por exemplo, que a participação do “pessoal administrativo” do estado na População Economicamente Ativa (PEA) do Piauí é bem mais elevada que na PEA de São Paulo, estado de capitalismo mais desenvolvido. O impulso da expansão estatal no Piauí é muito mais externo, dado pelas transferências de recursos federais, aos quais se ligam, sobretudo, os interesses do capital comercial, importador de produtos de outras regiões ou mesmo de outras nações, uma vez que o capital produtivo local não dispõe da proteção de fronteiras para vencer a competição e realizar um processo de “substituição de importações”.

Os representantes da burguesia agroindustrial têm criticado as políticas sociais locais, dizendo que as mesmas não seriam oportunas, porque elas diminuiriam os recursos para o investimento na economia local. Por sua vez, o discurso dos representantes do comércio pode ser sintetizado na afirmativa de que as políticas sociais fazem parte da infraestrutura do desenvolvimento. De fato, há os casos em que os equipamentos sociais não eram utilizados pelo público. Havia escolas sem professores, hospitais bem equipados sem médicos, Centros Sociais Urbanos sem material de rotina ou habitações construídas com um tipo de material não apropriado às condições climáticas locais (foi o caso da UFPI). Era evidente que os objetivos das políticas sociais estavam menos ligados às necessidades das classes populares que aos interesses dos grupos econômicos – as empresas da construção e do comércio.

Essa constatação sobre as políticas sociais vem pôr em questão a tese segundo a qual, para que haja a aceitação da dominação, é necessário o sacrifício de vantagens da força dominante em proveito das forças dominadas. Diríamos, todavia, que é muito mais o contrário: existe a restrição e a reorganização dos interesses populares para torná-los compatíveis com aqueles da força hegemônica.⁵ Assim, faz-se necessário o apelo ao trabalho voluntário ou semivoluntário para as escolas ou os hospitais, a demanda aos usuários dos materiais para fazer funcionar os Centros Sociais, o encorajamento da reforma das

habitações populares pelos próprios habitantes.

A orientação nacional do modelo de desenvolvimento acelerado, renovada como regime militar, traduziu-se no Piauí dentro de uma linha de política compensatória que não foi capaz de sustentar um desenvolvimento capitalista da base produtiva local, como mostram as análises sobre a política agrícola/agrária. Os programas governamentais instauraram enclaves agroindustriais em certas áreas de intensos conflitos sociais, mas as consequências econômicas de tais programas foram insuficientes para mudar o fraco dinamismo do conjunto das forças produtivas locais, o que está de acordo com o interesse do capital comercial. Por outro lado, os programas governamentais deram impulso à renda local através da transferência de recursos nacionais e internacionais. Durante os anos de 1990, dentro da nova orientação nacional (a política neoliberal), os programas governamentais para o setor rural tornaram-se abertamente uma política de assistência à renda das populações pobres. O reforço exclusivo do consumo local é do interesse do capital comercial.

3 A postura de burguesia compradora periférica

O capital comercial de importação/exportação tende a se mostrar como burguesia compradora, isto é, como simples intermediária dos interesses externos (nacionais e estrangeiros).⁶ Isso significa que os representantes políticos dessa fração burguesa, no âmbito regional, não oferecem nenhuma resistência às políticas nacionais.

A apatia do bloco dominante no Piauí, sob a hegemonia do capital comercial, ficou patente quando: a) o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi inviabilizado no estado e não se levantaram protestos; b) não houve reações contra a burocratização que criava grandes obstáculos aos empréstimos da carteira agrícola do Banco do Brasil e nem contra o corte dos subsídios nacionais para a eletrificação rural. O sentimento de indiferença se difunde porque a fração economicamente mais poderosa não tem compromissos com as questões da acumulação interna.

O domínio regional de uma burguesia compradora – a exemplo do capital comercial – configura uma situação de “colonialismo interno” (transferência de capital e de mão de obra para uma região mais forte do país). Operamos com um conceito de “colonialismo interno” mais restrito. Ao

contrário de Ives Chalout,⁷ que faz equivaler o colonialismo interno à dependência interna ou imperialismo interno, distinguimos entre esses conceitos como marca de fases distintas do capitalismo no país. O colonialismo interno seria típico de uma fase em que a região periférica é captada pelo ciclo do capital-mercadoria do centro industrializado. A dependência interna (ou o imperialismo interno) seria específica de outra fase em que a relação interregional é estabelecida prevalentemente por meio do ciclo do capital produtivo da área central.⁸

O estado do Piauí, a partir da década de 1950, com o declínio de seu ciclo exportador e a inserção de sua economia agrícola no mercado regional, passou à condição de satélite da economia de Pernambuco. Somente a partir dos anos de 1960, com a pavimentação das estradas federais, o Piauí passou a sofrer predominantemente a polarização da metrópole nacional, São Paulo.

4 A dissociação entre a hegemonia política e o discurso ideológico

Indicamos que no Piauí dos anos 1960/90 o capital comercial se constituiu em força politicamente hegemônica, isto é, capaz de condicionar para os seus objetivos as políticas governamentais estaduais. Mas, esse conteúdo não é expresso pelo discurso que prevalece nas instituições políticas locais. Em seu lugar, encontra-se a proposição de que as políticas governamentais são (ou devem ser) guiadas pela “vocaçãõ agrícola” da economia local. Em outras palavras, o aparente interesse geral da coletividade local não é obtido pela referência às atividades comerciais, mas esta forma político-ideológica (“o interesse geral”) é construída em ligação às atividades agrícolas. A exemplo da expressão de representantes do comércio, “para sermos fiéis à nossa vocaçãõ histórica, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária é imprescindível para o desenvolvimento combases sólidas”.⁹

Podemos tentar compreender essa dissociação entre o conteúdo da dominação política e sua expressão ideológica. Trata-se de explicar por que a burguesia comercial, força politicamente dominante, não dá aos seus interesses a forma do interesse geral, preferindo delegar esse trabalho ideológico aos membros da burguesia agrária. Um elemento de resposta é que existe a dificuldade das frações não produtivas do capital (comércio, bancos) a se mostrar na cena política como uma

referência para toda a coletividade, uma vez que suas atividades são mais abertas à crítica de serem “parasitárias”. A esfera das atividades produtivas do capital (agricultura, indústria) pode melhor ocultar a exploração do trabalho e em consequência aparecer como um espaço de interesses comuns. Por isso, os segmentos produtivos do capital são mais adaptados aos espaços da representação política supostamente geral, as Assembléias Parlamentares. Contrariamente, as frações não produtivas da classe capitalista têm uma presença menos aberta na cena política, preferindo como forma de ação o recurso aos *lobbies* que aos partidos políticos.¹⁰

Conclusão

O novo capital comercial (importador de bens industriais) constituiu-se em força economicamente preponderante e força politicamente hegemônica no Piauí das décadas de 1960/1990. Essa fração do capital detinha a maior rentabilidade na economia local e fazia valer os seus interesses como prioritários nas políticas do governo estadual. Fatores ligados ao seu ciclo tardio de economia agroexportadora e à sua fraqueza política no quadro da federação nacional foram determinantes do “atraso” industrial do Piauí e do consequente domínio do capital comercial.

Cabe uma indagação final: se o governo do PT no estado, a partir de 2002, teria alterado a hegemonia no interior da classe dominante local.

Notas:

- 1 Cf. Nicos Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Seuil, Paris, 1974, p. 138.
- 2 Cf. Agenor de Sousa Martins, *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979, pp. 144-49.
- 3 Cf. José Arimatéia Veloso Machado, Aspectos da situação financeira do Estado do Piauí. In: *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, 1982, p. 37.
- 4 Cf. Décio Saes, A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, nº 7, 1998.
- 5 Cf. Francisco Farias, Frações burguesas e bloco no poder em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, nº 28, 2009.
- 6 Cf. I. Chaloult, *Estado, acumulação e colonialismo interno*. Vozes, Petrópolis, 1978.
- 7 Encontramos em Leonardo Guimarães Neto, *Introdução à formação econômica do Nordeste*, Editora Massangana, Recife, 1989, a distinção dessas duas fases de inserção da periferia no sistema capitalista dominante nacional.
- 8 Jesus Elias Tajra e Jesus Elias Tajra Filho, O comércio e a indústria no Piauí. In: R. M. Santana (org.), *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Halley, Teresina, 1995, p. 157.
- 9 Cf. D. Saes, Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: *República do capital*. Boitempo, São Paulo, 2001.
- 10 Cf. D. Saes, Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: *República do capital*. Boitempo, São Paulo, 2001.

*Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPI e doutorando em Ciência Política na UNICAMP.

DEMOCRACIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ÁFRICA

por Ricardo Ossagô de Carvalho*

O objetivo do presente *paper* é o de incorporar novos conceitos de análises acerca do relatório do desenvolvimento humano na África, com destaque para o atual crescimento econômico associado a performances macroeconômicas e ao avanço gradual ou retrógrado dos processos da democratização dos regimes políticos. Através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pode-se ter uma perspectiva das desigualdades que existem entre os países e, através dele, ordenar os países e verificar o grau do desenvolvimento em função de valores obtidos. A hipótese aqui examinada é a de que o continente africano assiste a uma transição econômica e política

complexa, uma vez que a sua inserção internacional no início desse novo século foi marcada por diferenças culturais extremamente complexas. Os dados serão analisados à luz do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do avanço ou não da democracia política e dos regimes políticos.

Em primeiro lugar, é importante enfatizar, acima de tudo, que tanto a política quanto a democracia são importantes, assim como a economia, para o desenvolvimento pleno de um país ou continente bem-sucedido. Para um arranque do desenvolvimento, exige-se um crescimento equitativo, de modo consistente com os objetivos

de desenvolvimento humano, que vai criar formas de forte aprofundamento da democracia em todos os níveis da sociedade. Mas, nos países em desenvolvimento, como os da África, a democracia tende a ser demasiada confusa e descontrolada, bem como sujeita à manipulação, ao abuso, para poder proporcionar a estabilidade e/ou a continuidade no poder.

No entanto, trata-se de sistemas globais de governança, que enfrentam os desumanos desafios de um mundo crescentemente interligado, ou acerca dos governos que se esforçam para satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, ou acerca das empresas ou das forças privadas da vida nacional e mundial. Nesses casos, as democracias exigem governos legítimos, mas também oposições legítimas; principalmente em alguns dos países da África que ainda tentam dar alguns passos, por mais tímidos que sejam, rumo a uma democracia efetiva e participativa.

Por outras palavras, não se trata da democracia tal como é praticada por alguns países em particular, mas, antes, de um conjunto de princípios e de valores nucleares que possibilitem aos pobres conquistar algum poder através da participação, ao mesmo tempo em que lhes são dados proteção contra inúmeros atos de arbitrariedade, que em sua vida sofrem por parte do governo, das multinacionais e das outras forças políticas e de mercado. Isso significa garantir que as instituições e o poder estejam estruturados e distribuídos de maneira que essas pessoas disponham realmente de voz e de esperança e que também sejam criados mecanismos através dos quais os poderosos liderem políticos e que outros atores tenham influência e possam ser considerados responsáveis por suas ações.

Porém, alguns países alcançaram relativa estabilidade política, como é o caso da África do Sul, que possui, sozinho, 1/5 do PIB de toda África. O principal bloco econômico é o da Comunidade para Desenvolvimento para África Austral (SADC) - formado por 14 países. O atraso econômico e a ausência de uma sociedade de consumo em larga escala colocam o mercado africano em segundo plano no mundo globalizado. O PIB total da África é de apenas 1% do PIB mundial e o continente participa de apenas 2% das transações comerciais que acontecem no mundo.

Ao contrário das economias da China e da Índia, que crescem rapidamente, também da América Latina, que experimentou um crescimento

moderado, a África estagnou e até apresentou regresso em termos de comércio externo, de investimento, de renda *per capita* e das outras medidas de crescimento econômico. Ao longo das décadas, houve muitas tentativas malsucedidas de melhorar as economias de países africanos individualmente. Entretanto, dados recentes sugerem que algumas partes do continente estão crescendo rapidamente. O Banco Mundial relata que a economia de países africanos subsaarianos cresceu nas taxas que combinam taxas globais. As nações com maiores taxas, em 2007, incluem a Mauritânia, com crescimento em 19,8%; Angola, com 17,6%; Sudão, com 9,6%; Moçambique, com 7,9%; e Malawi, com 7,8%.

Em termos de variação regional, nenhuma nação africana faz parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas o continente inteiro não é totalmente pobre e há uma variação considerável em sua riqueza. A África do norte árabe foi ligada por muito tempo às economias da Europa e do Oriente Médio. A África do Sul foi por muito o Estado mais rico do continente, medido pelo PIB *per capita* ou pelo PIB total, e seus vizinhos compartilham esta riqueza. As extremidades temperadas do norte e do sul do continente são mais ricas do que a área da África subsaariana tropical. Dentro dos trópicos, a África do oeste, com sua história pré-colonial longa de comércio e de desenvolvimento, tende a ser mais rica e mais estável do que em outra parte do continente. As ilhas, tais como, Seychelles, Réunion, Maurícia e Cabo-Verde permaneceram mais ricas do que as nações continentais.

Os Estados mais pobres são aqueles que estão totalmente em guerra ou levantando-se possibilidades de guerras civis. Estes incluem o Congo, Sierra Leoa, Burundi e Somália. Por outro lado, nota-se que o reconhecimento, pelos chefes de Estado, de que o Estado tem um papel central no desempenho do crescimento, no desenvolvimento e na implantação de programas de redução de pobreza é ainda um sonho. Acontece que a dimensão utópica das novas vantagens expressadas pelos africanos move-lhes a vida para se tornarem novos atores políticos, da qual a África não poderá mais se afastar.

Por fim, o desenvolvimento expandiu a democracia que, por sua vez, ocasiona a liberdade política, com um resultado desejável em si mesmo. Nesse contexto, as instituições e os processos democráticos também podem contribuir para o

desenvolvimento - em especial o desenvolvimento humano -, das necessidades e aspirações das pessoas, podendo também ajudar a gerir conflitos e promover a estabilidade.

Os africanos estão reivindicando e construindo autonomia decisória e também buscando soluções nacionais para os seus desafios na área social e de cidadania. O controle do Estado e sua orientação para o crescimento econômico, na linha do IDH, são a boa novidade para o continente, que

levará a mais democracia e mais inclusão social, através do fortalecimento do Estado democrático, da responsabilidade fiscal e de uma política macroeconômica mais ampla, tendências que caminham juntas.

***De nacionalidade guineense (Guiné-Bissau), graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal do Piauí e atualmente é mestrando em Ciência Política pela mesma Instituição.**

TEORIA DA FIRMA: uma abordagem tradicional e emergente

por Tomas Sparano Martins*, June Alisson Westarb Cruz** e Roberto Ari Guindani***

Introdução

Pode-se dizer que a teoria da firma se desenvolve a partir de quatro questões principais: seus limites; sua organização interna; sua formação, seu crescimento e diversificação; e o papel do empresário. A partir destes aspectos, diferentes escolas econômicas desenvolveram suas ideias sobre a firma: os economistas clássicos, os neoclássicos, os institucionalistas, os da nova economia institucional, os do desenvolvimento econômico e os neo-schumpeterianos.

Apesar do papel da teoria econômica com relação à firma, à medida que as atividades e ambientes organizacionais se tornaram mais complexos, devido principalmente aos avanços tecnológicos, das técnicas de gestão e do surgimento das corporações modernas, seu estudo tomou-se foco de atenção específica da gestão empresarial. Assim, para uma melhor compreensão do objeto de análise, a firma, algumas abordagens são discutidas.

1 Teoria Neoclássica

A teoria neoclássica tradicional, estabelecida a partir dos modelos de equilíbrio geral e parcial, tem muito pouca relação com a realidade econômica em que vivemos. O foco de interesse está vinculado à teoria dos preços e alocação de recursos, em que a firma tem um papel extremamente limitado e um conceito bastante simples. As suas premissas apresentadas a seguir refletem seu irrealismo e fragilidade:

- a) A firma é uma “caixa-preta”, onde há fatores de produção disponíveis no mercado combinados para produzir produtos comercializáveis;
- b) O mercado tende a estabelecer condições de concorrência e informações perfeitas;
- c) As alternativas tecnológicas são representadas pela produção, que especifica a combinação possível de fatores. As tecnologias estão disponíveis no mercado, através de bens de capital e/ou no conhecimento incorporado pelos trabalhadores;
- d) Há racionalidade perfeita dos agentes, diante de objetivos da firma de maximização de lucros.

Nesta lógica, analisar a firma não é uma questão muito importante, pois, em situação de concorrência perfeita e na ausência de progresso técnico, a firma tem poucas escolhas para fazer. Basicamente, ela se restringe a transformar insumos em produtos, e para isso basta escolher a técnica mais apropriada e adquirir os insumos necessários no mercado, incluindo trabalho e tecnologia. Teoricamente, estas escolhas simples seriam bem-sucedidas, pois o ambiente competitivo é simples e inerte, praticamente sem incertezas. Consequentemente, o empreendedor é apenas um coordenador da produção.

Alfred Marshall (1982), ao perceber o irrealismo do contexto econômico, trata do caráter estático deste modelo marginalista, através das teorias de equilíbrio parcial. Marshall não assumia todos os pressupostos da concorrência perfeita e identificava os limites do crescimento da firma no ciclo de vida dos empresários. Apesar destas importantes

constatações, a teoria neoclássica tradicional, desenvolvida a partir do início do século XX, acabou dominada pela visão mais irreal e inocente.

Seu problema fundamental é tratar a firma como agente individual sem reconhecer sua característica de entidade coletiva, dotada de objetivos e regras diferenciados. Isso implica emprestar à firma um princípio comportamental único, a maximização do lucro, que, na prática, é heterogêneo, segundo o princípio de utilidade de cada um dos agentes econômicos.

2 Teoria Institucionalista

A Escola Institucionalista surgiu fundamentalmente da crítica ao tratamento inadequado destinado aos fenômenos econômicos pelas teorias clássicas e neoclássicas. Para os institucionalistas, essa deficiência resulta da incompreensão e subestimação do papel das instituições que regulam o ambiente econômico. A ideia central está nos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, tomando explícito um forte vínculo com o historicismo e com a “abordagem evolucionária”.

O principal objetivo, em termos econômicos, da teoria institucional consiste em evidenciar certos aspectos que não têm um lugar central na teoria econômica: as instituições econômicas, tais como, as empresas, os mercados e as relações contratuais. Este novo *framework* marca o nascimento do que se costuma denominar economia institucional ou economia das organizações (CHANLAT, 1989).

Os institucionalistas - como Veblen, Commons e Mitchel - centraram sua análise na importância das instituições, reivindicando um tipo de economia evolucionária, através de uma linha analítica mais descritiva, centrada em três pontos principais (HODGSON, 1993): a) a inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as “dadas”, e, portanto, desconsiderando as condições de implementação; b) a preocupação não como “equilíbrio estável”, mas em como se dá a mudança e o conseqüente crescimento; e c) a ênfase no processo de evolução econômica e transformação tecnológica.

Segundo Hodgson (1993), Veblen afirma que as instituições mudam e, mesmo através de mudanças graduais, podem ocasionar mudanças no sistema por meio de explosões, conflitos e crises. Os sistemas sociais evidenciam uma permanente tensão entre ruptura e regularidade, o

que faz com que os comportamentos rotinizados e decisões voláteis de outros agentes sejam sempre revistos. Estas ideias genéricas, ainda segundo o autor, torna Veblen um evolucionário, essencialmente porque procurava implicitamente explorar a aplicação de ideias da biologia às ciências econômicas. Deste modo, o institucionalismo surgiu como o instrumento de estudo dos processos dinâmicos e da evolução cultural, negando-se a ser uma teoria econômica da eficiência estática e do equilíbrio de mercado.

3 Teoria da Nova Economia Institucional

A Nova Economia Institucional, centrada nas figuras de Coase (1937), Williamson (1985) e North (1990), surgiu na metade dos anos setenta, voltando a pôr em evidência o papel das instituições no debate da teoria econômica. Williamson, principal pensador da nova corrente, resgatou o conceito de custos de transação proposto por Ronald Coase, em seu artigo “The Nature of the Firm”. A análise de Coase parte de um questionamento simples, porém desconcertante para a teoria tradicional: por que uma empresa internaliza atividades que poderiam obter (ao menos teoricamente) a um custo inferior no mercado, supondo a existência de ganhos de eficiência provenientes da divisão do trabalho? A fim de responder a essa questão, o conceito de *custos de transação* é introduzido, que segundo Pondé (1994),

(...) nada mais são do que o dispêndio de recursos econômicos para planejar, adaptar e monitorar as interações entre os agentes, garantindo que o cumprimento dos termos contratuais se faça de maneira satisfatória para as partes envolvidas e compatível com a sua funcionalidade econômica.

Como o total *market clearing*¹ é impossível de ser atingido, em virtude das falhas de mercado geradas pela incerteza com respeito ao futuro, assimetria de informação, comportamento oportunista, contratos incompletos e toda uma série de elementos que afastam o sistema econômico de seu funcionamento ideal, existem custos para a efetivação das trocas e, portanto, torna-se de extrema relevância para a análise econômica compreender o funcionamento do aparato institucional que provê sustentação às relações de mercado.

A nova teoria institucional se propõe a oferecer uma nova concepção sobre a atuação das firmas,

ênfase sua interação com o arranjo institucional que lhes dá suporte. Dois enfoques marcaram historicamente esse processo, baseados, respectivamente, na identificação da existência e importância dos custos de transação e das relações principal-agente e custos de agência. Essas ideias, que são na verdade convergentes, retiraram a firma e o mercado do mundo ideal da teoria neoclássica, introduzindo elementos essenciais de realidade, mesmo que nem sempre tratáveis com o mesmo rigor matemático dos neoclássicos.

3.1 Teoria dos custos de transação

A teoria dos custos de transação desenvolvida, principalmente, por Williamson (1985), a partir dos trabalhos de Coase (1937), parte do princípio de que a busca de maior eficiência produtiva reflete-se nos padrões de conduta dos agentes e na forma pela qual as atividades econômicas são organizadas e coordenadas. Essa abordagem estabelece que os formatos organizacionais (ou estruturas de governança) - firma, mercado ou redes, por exemplo, são resultado da busca de minimização dos custos de transação por parte dos agentes econômicos.

A teoria dos custos de transação parte de dois pressupostos básicos: a) a racionalidade limitada dos agentes econômicos; e b) o oportunismo presente nas ações dos agentes econômicos. Estas duas premissas implicam no surgimento de custos de transações.

Williamson (1985), baseado em Simon (1976), postula que a racionalidade é limitada. Dada a limitação da racionalidade, os agentes econômicos são incapazes de antecipadamente prever e estabelecer medidas corretivas para qualquer evento que possa ocorrer quando da futura realização da transação.

O oportunismo, segundo Williamson (1985), pode ser definido como a busca do interesse próprio com malícia; decorre da presença de assimetrias de informação, dando origem a problemas de risco moral e seleção adversa.

O potencial oportunismo *ex-ante* e *ex-post*, isto é, de ações que, através de uma manipulação ou ocultamento de intenções e/ou informações, buscam auferir lucros que alterem a configuração inicial do contrato, pode gerar conflitos no âmbito das relações contratuais que regem as transações entre os agentes econômicos nos mercados.

Na presença de assimetria de informações,

ou seja, quando um agente detém um conhecimento a respeito de informações não disponíveis para os outros agentes participantes da transação, surge a possibilidade de que não existam incentivos suficientes para que a parte detentora da informação privilegiada se comporte de modo eficiente. Essa ausência de incentivos dá origem ao chamado risco moral, ou seja, situações em que um participante do mercado não pode observar as ações do outro, de modo que esse último pode tentar maximizar sua utilidade valendo-se de falhas ou omissões contratuais. Nas situações sujeitas ao risco moral, portanto, uma das partes da transação pode adotar atitudes que afetem a avaliação do valor do negócio por parte dos outros agentes envolvidos.

Outro problema associado à presença de assimetria de informações é o de oportunismo pré-contratual, mais especificamente quando alguns agentes econômicos detêm informação privada antes de se decidirem pela realização de um contrato com um outro agente, sendo que tal informação é do interesse desse agente. Trata-se do problema conhecido por seleção adversa. Neste contexto, a presença de oportunismo e de racionalidade limitada pode gerar custos de transação, posto que a ausência do primeiro determinaria que as condutas dos agentes fossem consideradas confiáveis a partir da simples promessa, por parte dos agentes envolvidos, de que a distribuição de ganhos prevista nos contratos seria mantida no futuro diante do eventual surgimento de eventos inesperados, enquanto que a existência do segundo implica a incapacidade de coletar e processar todas as informações necessárias à elaboração de contratos completos: se os agentes possuem perfeita capacidade de antevisto dos eventos futuros, seria sempre possível o desenvolvimento de contratos perfeitos.

Williamson (1985) apresenta dois tipos de custos de transação: a) os custos *ex ante* de negociar e fixar as contrapartidas e salvaguardas do contrato; e b) os custos *ex post* de monitoramento, renegociação e adaptação dos termos contratuais às novas circunstâncias.

Os custos de transação *ex ante* estão presentes em situações em que é difícil estabelecer as pré-condições para que a transação seja efetuada de acordo com parâmetros planejados e esperados. Os custos de transação *ex post* se referem à adaptação das transações a

novas circunstâncias. Segundo Williamson (1985), estes custos apresentam quatro formas: a) custos de “mal-adaptação”, derivados dos efeitos originados do surgimento de eventos não planejados que afetam as relações entre as partes envolvidas; b) custos de realinhamento, incorridos quando da realização de esforços para renegociar e corrigir o desempenho das transações cujas características foram alteradas ao longo da relação entre os agentes econômicos; c) custos de montar e manter estruturas de gestão que gerenciem as disputas que eventualmente surjam no decorrer das transações; e d) custos requeridos para efetuar comprometimentos, criando garantias de que não existam intenções oportunistas.

Neste contexto, as transações mediadas pelo mercado podem incorrer em custos cujas origens repousam na impossibilidade de elaboração de contratos completos. O fundamental não é discutir a existência destes fatores, mas, sim, estabelecer como e por que os custos de transação variam conforme os diferentes modos de organização.

A racionalidade limitada e o oportunismo geram custos de transação que obrigam as firmas a se reorganizarem para enfrentá-los. Esta reorganização ocorre sob três formas – mercado, hierarquias ou híbridas - que, interativamente, definem diferentes “ambientes institucionais”. As instituições de governança - representadas por contratos interfirmas, corporações, *bureaus*, empresas não lucrativas, etc. - são sustentadas pelo meio ambiente institucional, onde se situam os indivíduos.

Williamson (1985) propõe que as características e custos envolvidos nas transações, devido às diferenças de comportamento entre as partes e a variabilidade do ambiente, definem a melhor forma de coordenação da relação. Conseqüentemente, vários mecanismos de governança são possíveis e podem ser ordenados num *continuum*, conforme ilustrado a seguir:



De forma geral, existem três tipos relevantes de governança: a) Mercado - as partes confiam, para gerenciar a transação, a determinação de preços através do mercado; b) Híbrida – a firma internaliza parte dos recursos que irá utilizar na sua atividade, deixando para o mercado, através do mecanismo

de preço, o restante. Por exemplo: *joint-ventures*, alianças estratégicas, cooperativas, o *franchising*, etc.; c) Hierárquica – a transação é gerenciada integralmente no contexto da firma, justificando-se quando o preço do mercado é alto a ponto de inviabilizar sua utilização. Por exemplo: a integração vertical da firma.

3.2 Ambiente institucional

Douglass North também foi influenciado por Coase, no entanto, difere-se de Williamson por focalizar o papel das instituições econômicas, o seu desenvolvimento e a sua relação com as organizações.

Para North (1990), as instituições são o conjunto de leis, normas, costumes, tradições e outros aspectos culturais que regulam a ação das sociedades, organizações e indivíduos. Para o autor, as instituições são redutoras dos custos de transação para a sociedade, assim, as instituições na sociedade servem para reduzir as incertezas, estabelecendo uma estrutura estável para a interação humana.

Williamson (1993) tem um foco mais microeconômico, enquanto North focaliza a análise macro, sendo a performance da economia afetada pelos custos de transação induzidos pela estrutura das instituições. North parte da necessidade de códigos de conduta estruturados nas instituições, que servem como facilitadores do funcionamento da sociedade.

Ele não descarta a possibilidade de ineficiências nas instituições, que são consagradas por problemas de agentes ou de falhas estruturais nos sistemas legais. North afirma que as instituições informais, grupos religiosos, costumes tribais, códigos de conduta aceitos pela sociedade, bem como a sua estrutura legal, fazem parte do ambiente institucional. O risco de quebras contratuais será controlado na medida em que os agentes perceberem a existência de punições para tais atitudes. O autor explora os custos de identificação das quebras contratuais, da imputação da pena e da sua implementação como custos associados ao sistema legal.

4 Teoria Schumpeteriana do Desenvolvimento Econômico

Schumpeter (1982) define desenvolvimento como a capacidade de realizar novas combinações, chamadas por ele de inovações, que, por si, vindas em ondas ou blocos, são a chave para explicar os

ciclos pelos quais a economia passa. Em outras palavras, para o autor, a força motriz da evolução do capitalismo é a inovação, representada pela introdução de novos bens ou técnicas de produção, pelo surgimento de novos mercados, fontes de oferta de matérias-primas ou composições industriais.

Para Schumpeter (1982), o conceito de empreendimento resulta da realização de novas combinações que visam o lucro; e empresários são os indivíduos que devem realizá-las. Além disso, é preciso levar em consideração que essas combinações são economicamente relevantes para a sociedade. A introdução de uma inovação, desde que absorvida pelo mercado, implica um novo dinamismo para a economia. Dessa forma, o desenvolvimento econômico é visto por Schumpeter como dinâmico e em transformação, sobretudo pelo caráter assimétrico das inovações.

Além disso, Schumpeter acredita que o desenvolvimento econômico se dá em ciclos, que possuem quatro fases: prosperidade, recessão, depressão e recuperação. A prosperidade envolve novas inovações e, conseqüentemente, a busca crescente por lucros. A depressão, por outro lado, está relacionada com o término do processo de difusão das inovações, quando ocorrem falências e deflação geral. As fases de recessão e recuperação, intermediárias à alta e baixa (prosperidade-depressão) e baixa e alta (depressão-prosperidade), respectivamente, estão ligadas às tendências de queda e retomada dos investimentos. Na fase da depressão ocorrem quebras de diversas empresas, geralmente resultado do desuso de produtos e processos decorrentes de uma nova inovação, processo este chamado de *destruição criadora*, por Schumpeter.

Conforme Schumpeter (1982), a *destruição criadora* é essencial ao capitalismo, porquanto possibilita a ocorrência de movimentos que alteram o estado de equilíbrio. Períodos de expansão e contração da economia não são infinitos, segundo o autor; muito pelo contrário, sua predição remete-se à decadência do capitalismo. Há duas situações que motivam esta concepção: o empresário inovador estaria despersonalizado à grande empresa burocratizada e os arranjos institucionais da sociedade não estariam se adequando às instabilidades do sistema capitalista. Nesse ponto, o capitalismo de Estado (definido pelo autor como a propriedade governamental e o controle de alguns setores da economia, além da

iniciativa governamental nas empresas nacionais e estrangeiras) recorrerá em ineficiência.

5 Teoria Neo-Schumpeteriana

O grande feito de Schumpeter foi argumentar sobre o papel das inovações como elemento fundamental para o entendimento da dinâmica capitalista. Vários argumentos posteriores sobre a teoria schumpeteriana (de autores chamados *neo-schumpeterianos*) apareceram, possibilitando novas alternativas para o tratamento da inovação e do progresso técnico. Dentre esses argumentos, destacam-se os de: Rosenberg; Freeman; Nelson e Winter; e Dosi.

De maneira geral, Rosenberg (1976) trabalha com a ideia de gargalos, que exigem soluções capazes de contribuir para dinamizar a economia. Segundo ele, atividade para inovação é uma busca, cujos resultados não são conhecidos *a priori* e cuja taxa de adoção de uma tecnologia, ou mesmo sua direção, estão ligados às expectativas quanto ao futuro do progresso tecnológico, sendo que o nível de aprendizado influi no rumo da mudança tecnológica.

Freeman (1994) concentrou esforços na questão da tecnologia e de seu papel para as empresas. Com relação às estratégias tecnológicas verificadas nas empresas, o autor apresentou uma classificação que, adaptada para alguns setores da economia, permite analisar o desempenho e a conduta das empresas no que se refere à forma de adoção de uma determinada tecnologia.

Nelson e Winter (1982) enfatizam o comportamento da firma explicado por meio das ideias de rotina, busca e seleção. Nesse caso, as firmas apresentam padrões de crescimento que são assimilados à rotina, sendo comparados ao biológico, a rotina à carga genética; para o processo de busca, tem-se a mutação e, para o mecanismo de seleção, tem-se o meio ambiente. Para os autores, o mercado funciona como uma espécie de fornecedor de *feedbacks* ao processo de geração de inovação, autorizando ou proibindo desenvolvimentos prováveis.

A maior contribuição de Dosi refere-se ao desenvolvimento de dois conceitos importantes para o estudo da mudança tecnológica: trajetória e paradigmas tecnológicos. A partir da operacionalização desses dois conceitos, é possível analisar a atuação do Estado (no que respeita à mudança tecnológica) em um referido

setor, visto que o paradigma e a trajetória tecnológicos dependem tanto de interesses econômicos dos inovadores como da capacitação tecnológica acumulada e de variáveis institucionais.

Em suma, as ideias schumpeterianas e neo-schumpeterianas enfocadas mostraram-se adequadas para avançar, teórica e empiricamente, na discussão sobre os determinantes do processo dinâmico de desenvolvimento, da mudança tecnológica e da inovação.

Considerações finais

A natureza interdisciplinar e os distintos níveis de análise envolvidos nos estudos concernentes à Teoria Organizacional conduzem a uma riqueza de conceitos, à pulverização de teorias e a diferentes perspectivas de compreender e ocupar-se com os processos que constituem esse tema.

O posicionamento de Oliver E. Williamson, acerca da indagação clássica de Ronald H. Coase, sobre a existência dos empreendimentos empresariais: se o mecanismo de preço é o mais eficiente mecanismo para alocação de recursos em uma economia de mercado, por que existem empresas? No entender de Ronald H. Coase, a resposta repousaria nos custos de transação suportados pelos agentes econômicos ao utilizarem o mecanismo de preço, em que quanto maior o número e a complexidade das transações, tanto maior os custos nelas envolvidos (KNOEDLER, 1995).

Expandindo este raciocínio, Williamson (1993) aduz que a incerteza, as idiosincrasias, a complexidade, a assimetria de informações e o oportunismo, entre outros, são comportamentos inerentes e dispendiosos das transações, o que dificulta, sobremaneira, a coordenação de processos produtivos interdependentes por meio de mecanismos de mercado, o que ocasiona a busca incessante da concentração de atividades dentro de uma única estrutura de governança.

Para que este objetivo seja atendido, a Economia dos Custos de Transação faz uso de uma abordagem multidisciplinar, empregando conceitos de Economia, Administração e Direito, que se constitui o cerce da Economia Neo-Institucional, que procura destacar a relevância de se observar as transações entre os agentes econômicos, e não apenas sua produção, por intermédio da observação de uma tríade de instituições econômicas: o mercado, o contrato e a hierarquia (WILLIAMSON, 1993).

Nesse sentido, Williamson (1993) propõe um esquema de análise de triplo nível em que o objeto de análise, a governança, está circunscrito por características macro e micro, o ambiente institucional e o indivíduo, respectivamente, onde naquele se desenvolvemos processos de mudança – alterações nos custos comparativos de governança – e neste se originam as pressuposições comportamentais. Assim, este modelo de causalidade tripla determinaria, em um fluxo de retroalimentação, as alterações estratégicas ou instrumentais na governança, bem como delimitaria as preferências individuais endógenas por meio do condicionamento social.

Dessa forma, distancia-se da Economia Neo-Clássica, em que a unidade de análise é a produção de bens e serviços, vislumbrada como uma função de produção que ajusta seus níveis de fabricação em função de um único indicador: o nível do preço. Assim, o objetivo da Economia Neo-Clássica é a maximização do nível de produção em função do nível de preço; bem ilustrada pelos conflitos entre os equilíbrios de Cournot e de Bertrand, como exposto por Besanko *et. al.* (2006).

Por outro lado, a Economia Neo-Institucional aproxima-se da Teoria Organizacional, especialmente na abordagem apresentada por Williamson (1993), que assevera que a perenidade organizacional deve-se à sua superior habilidade em atenuar o oportunismo humano por meio do emprego de controles hierárquicos não acessíveis ao mercado.

Nesse sentido, Williamson (1993) destaca a saudável tensão criativa entre as duas abordagens teóricas, ressaltando que ambas são imprescindíveis nos esforços dos pesquisadores e catedráticos para a compreensão dos complexos fenômenos econômicos e, principalmente, para o desenvolvimento de uma Ciência Organizacional. Não obstante, os comentários efetuados por Sumantra Ghoshal e Peter Moran (1996), em sua crítica à Teoria dos Custos de Transação, sinalizarem o contrário, especialmente no que tange aos seus aspectos normativos e à sua aplicabilidade.

Posto isso, em conclusão, as perspectivas relativas à Economia dos Custos de Transação, em especial a Economia Neo-Institucional e suas interrelações com a Teoria Organizacional, lançam nova luz sobre assuntos de outrora e contemporâneos e abrem novos caminhos para o estudo de tópicos adicionais, permitindo uma

revisão e integração de um complexo conjunto de construtos sobre a temática, não só para demonstrar sua relevância nos estudos de Estratégia e Economia, mas, igualmente, para esclarecer como as diferentes correntes e posições acerca deste assunto podem iluminar o entendimento a respeito de quais são as bases econômicas da Estratégia.

A abordagem neo-schumpeteriana, mais evolucionista, introduziu um certo dinamismo para debatermos a firma. Neste aspecto, é importante ressaltar que algumas capacidades da firma, como a aprendizagem e o relacionamento com outras empresas, têm um papel fundamental para o estabelecimento e manutenção da vantagem competitiva sustentável (TEECE; PISANO; SHUEN, 1997).

As capacidades da firma e suas habilidades dinâmicas em recriar competências para responder às mudanças do ambiente implicam que a experiência e a aprendizagem podem ser fontes de vantagens competitivas. Quando Teece, Pisano e Shuen (1997) falam em capacidades dinâmicas, querem dizer o seguinte: "capacidade", porque está centrada no ato de adaptar, integrar e reconfigurar habilidades, recursos e competências diante das novas exigências do mercado; "dinâmica", porque é uma renovação contínua das competências organizacionais, à medida que mudam as características do ambiente de negócios.

Baseados nos conceitos anteriores, estrategistas hoje em dia percebem que a vantagem competitiva requer a exploração dinâmica e simultânea de capacidades internas e de recursos externos complementares. Estruturas organizacionais em redes são um exemplo desta característica fundamental do comportamento organizacional recente: o de mobilizar capacidades e recursos para operar em um ambiente concorrencial. As empresas, com a finalidade de assegurarem a sua própria sobrevivência ou incrementar a sua competitividade, buscam ativar e manter canais de relacionamento mais eficazes com outras empresas do seu campo organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1988). Nas estruturas em rede, além da redução dos custos de produção e de transação, há economia relativa à gestão da informação e seu consequente uso para a aprendizagem.

Hall e Soskice (2001) estudam como as instituições afetamos novos formatos de organização, principalmente no que se refere à

capacidade de relacionamento entre firmas. Para esses autores, a economia é composta por atores que buscam satisfazer racionalmente seus interesses através da interação com outros agentes (indivíduos, empresas, instituições governamentais, sindicatos patronais e de trabalhadores, escolas técnicas, câmaras de comércio, entidades certificadoras, entre outros). Hall e Soskice (2001) lidam com elementos tratados pelos modelos convencionais, mas reforçam a construção de uma ponte entre estudos de gestão e de microeconomia, que frequentemente não são vistos como complementares para explicar o comportamento das firmas.

A abordagem de Hall e Soskice (2001) difere do modelo de hierarquias e mercados de Williamson (1985). Embora ela considere também que as características da estrutura corporativa (ou hierarquia) podem variar em diferentes tipos de economia e que há problemas de coordenação dentro das estruturas hierárquicas. Para Hall e Soskice (2001), mercados e hierarquias não são as únicas formas que as firmas utilizam para enfrentar seus desafios. Firms, em economias coordenadas de mercado, podem desenvolver relacionamentos cooperativos através de dispositivos institucionais que apoiam compromissos de confiança entre os parceiros. Os seguintes elementos da abordagem de Hall e Soskice (2001) interessam a este argumento final:

- a) uma visão relacional da firma: a qualidade relacional da firma depende da sua habilidade de coordenar efetivamente os relacionamentos que estabelecem tanto internamente, com os empregados, quanto externamente, com atores, tais como, fornecedores, clientes, colaboradores, acionistas, sindicatos, associações comerciais e governos;
- b) os tipos de economias de mercado: as economias políticas podem ser classificadas em dois tipos ideais, economias liberais e economias coordenadas de mercado. Em economias liberais de mercado, as firmas coordenam suas atividades por meio de hierarquias e arranjos competitivos de mercado. Em economias coordenadas de mercado, as firmas dependem mais fortemente de relacionamentos de não mercado para coordenar esforços com outros atores na construção de competências centrais. Modos de coordenação de não mercado requerem relacionamento mais extensivo ou de contratação incompleta,

monitoração da rede por intermédio de trocas de informações privadas, maior confiança na colaboração em oposição à competição e relacionamentos mais efetivos para construir as competências centrais;

c) o papel das instituições e das organizações: Hall e Soskice (2001) definem instituições como um conjunto de regras, formais e informais, seguidas pelos atores, seja por razões normativas, cognitivas ou materiais. As instituições, juntamente com o padrão de limitações da teoria econômica, determinam as oportunidades em uma sociedade. As organizações são criadas para tirar vantagem dessas oportunidades e, como as organizações evoluem, elas alteram as instituições. Mercados e hierarquias são as instituições por excelência que as firmas utilizam para coordenar seus esforços em economias liberais de mercado. Em economias coordenadas de mercado, além de mercados e hierarquias, as firmas utilizam um conjunto adicional de organizações e instituições como apoio na coordenação de seus esforços. Geralmente, essas instituições são aquelas capazes de reduzir as incertezas relativas ao comportamento e ao comprometimento dos atores em relacionamento. Essas instituições incluem associações comerciais ou patronais poderosas, sindicatos fortes, redes extensivas e cruzadas de acionistas, sistemas legais ou regulatórios para facilitar o compartilhamento de informações e colaboração, incluindo, ainda, instituições deliberativas para encorajar os agentes relevantes na realização de discussões coletivas para o alcance de acordo recíproco;

d) o papel da cultura, das regras informais e da história: a presença de instituições formais raramente é suficiente para garantir equilíbrio entre os atores. Em muitos casos, o que garante esse equilíbrio é um conjunto de entendimentos partilhados quanto ao que cada um faz no relacionamento, os quais frequentemente estão arraigados em um sentido do que é apropriado fazer em determinadas circunstâncias. Portanto, regras informais e entendimentos partilhados são considerados elementos importantes do conhecimento comum que levam os participantes em interação a coordenar esforços para alcançar certos resultados, algo que em circunstâncias puramente formais não seria possível atingir (HALL; SOSKICE, 2001).

O contexto competitivo atual é complexo,

assim, uma estrutura organizacional contemporânea que lida com vários aspectos (econômicos, sociais, políticos e organizacionais) deste ambiente institucional é a estrutura organizacional em redes.

Este argumento é sustentado principalmente sob dois aspectos: a estrutura em redes pode proporcionar a minimização dos custos de transação, devido à coordenação das atividades econômicas como um processo de alocação de recursos; e o impulso dos processos de aprendizagem e de inovação entre as empresas.

O argumento de Hall e Soskice (2001) permite validar a compreensão de que as decisões de curto e longo prazos das empresas em relação às novas arquiteturas e formas de governança estão diretamente associadas à infraestrutura institucional, que contorna e suporta as dinâmicas de relacionamento entre os agentes econômicos em um mesmo campo inter-organizacional, aos aspectos históricos e culturais de uma região ou população de organizações, bem como à capacidade relacional da firma ao longo do tempo.

Nota

¹ Em economia de mercado, *marketing clearing* se baseia na ideia simplista de que os mercados vão para onde a quantidade ofertada é igual à quantidade demandada, ou chegam nesta situação pelo processo de ajustamento dos preços.

Bibliografia

- CHANLAT, J. F. L'analyse sociologique des organisations: un Regard sur la Production Anglo-saxonne Contemporaine (1970-1988), **Sociologie du Travail**, 3, 1989.
- BESANKO, D; DRANOVE, D; SHANLEY, M.; SCHAEFFER, S. **A economia da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, 4(16), 386-405, 1937.
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. W. "The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Reality in Organizational Fields", **American Sociological Review**, 48: 147-160, 1993.
- FREEMAN, C. The economics of technical change: critical survey. **Cambridge Journal of Economics**, n. 18, p. 463-514, 1994.
- GHOSHAL, S.; MORAN, P. Bad for practice: a critique of the transaction cost theory. **The Academy of Management Review**, v. 21, n.1, p. 13-47, 1996.
- HALL, P. A.; SOSKICE, D. An introduction to varieties of capitalism. In: HALL, P. A.; SOSKICE, D. **Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. New York: Oxford University Press, p. 1-68, 2001.
- HODGSON, G. M. **Economics and Evolution: Bringing Life Back into Economics**, Cambridge, UK and Ann Arbor (MI): Polity Press and University of Michigan Press, 1993.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. v. 1.

MILL, J. S. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: The Belknap; Harvard University Press, 1982.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: University Press, 1990.

PONDÉ, J. L. Coordenação, Custos de Transação e Inovações Institucionais, **Texto para Discussão**, nº 38, IE/UNICAMP, Campinas, 1994.

ROSENBERG, N. **Perspectives on technology**. Cambridge: Cambridge University, 1976.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SIMON, H. **Administrative Behavior**. 3. ed., New York: The Free Press, 1976.

TEECE, D. J., PISANO, G., SHUEN, A. (1997). Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic Management Journal**, 18 (7), 509-533.

VEBLÉN, T. **Absentee ownership business enterprise in recent times: the case of America**. Londres: Transaction Publishers, 1997.

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: The Free Press, 1985.

_____. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

*Professor da UNINTER/PR, doutorando em Administração de Empresas/PUCPR

**Professor da PUC/PR, doutorando em Administração de Empresas/PUCPR

***Professor da UNINTER/PR, doutorando em Administração de Empresas/PUCPR

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 10 - Nº 20 - Julho-agosto/2009

Reitor UFPI: Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor CCHL: Prof. Dr. Pedro Vilarinho

Chefe DECON: Prof. Ms. Samuel Costa Filho

Coord. Curso Economia: Profa. Ms. Janaina Vasconcelos

Coord. do Projeto Informe Econômico:

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Conselho Editorial: Professores Samuel Costa Filho, Solimar Oliveira Lima, Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Coord. Publicação e Diagramação:

Economista Enoisa Veras (enoisa@hotmail.com)

Revisão: Economista Zilneide O. Ferreira (zilneide@terra.com.br)

Projeto Gráfico: MHeN

Jornalista Responsável:

Prof. Paulo Vilhena - DRT-PI/653

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal do Piauí - CCHL

Departamento de Ciências Econômicas

Campus Ininga - Teresina-PI - CEP.: 64.049-550

Fone: 86 215-5788/5789/5790 - Fax.: 86 215-5697

Tiragem: 1.500 exemplares

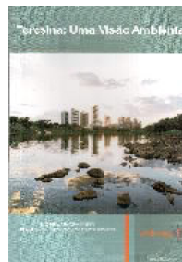
Impressão: Gráfica UFPI



Universidade Federal do Piauí

EDUCAÇÃO
CIÊNCIA
ARTE
E INCLUSÃO
SOCIAL

DICAS DE LIVROS da profa. Socorro Lira



Obra: Teresina: uma visão ambiental

Autor: M^a do Socorro Lira Monteiro et al

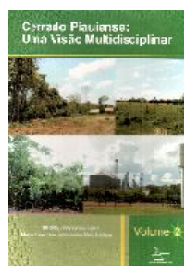
TROPEN/PRODEMA/UFPI
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Editora: Gráfica UFPI, 2006

Coletânea de artigos - Jaíra M^a Alcobaça Gomes, Juliana Portela do R. Monteiro, M^a do Socorro Lira Monteiro, Bartira Araújo da S. Viana, José Luís Lopes Araújo, Joaquim Gonçalves Neto, Gerson Albuquerque, José Machado Moita, entre outros autores/as - sobre a realidade teresinense no tocante ao desenvolvimento sustentável.

"Fica patente que a cidade de faz sem cuidados ecológicos, que seus atores não demonstram sensibilidade quanto às iniciativas de preservação, que os rumos da insustentabilidade permanecem."

(Prefácio de Clóvis Cavalcanti/UFPE)



Obra: Cerrado Piauiense: uma visão multidisciplinar

Autor: Wilza G. Reis Lopes et al
TROPEN/PRODEMA/UFPI
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Editora: Gráfica UFPI, 2007

Artigos de Jaíra M^a Alcobaça Gomes, Francisco Prancacio A. de Carvalho, M^a do Socorro Lira Monteiro, Francisco de Assis Veloso Filho, José Luís Lopes Araújo, Aracy Alves de Araújo, entre outros autores/as - sobre as transformações ocorridas no cerrado do Piauí.

"Extensos plantios de grãos estão substituindo a vegetação nativa da região, sendo essa transformada em carvão ou simplesmente descartada. Juntamente com a cobertura vegetal nativa, vão-se os conhecimentos e importantes informações sobre nossa biodiversidade."

(Prefácio de Ricardo Bomfim Machado/Membro do Instituto Conservation International do Brasil, é Diretor do Programa do Cerrado)

NOTAS

♦Agradecemos a caricatura (p.1) de Josenildo Gomes da Silva, aluno do Curso de Educação Artística/UFPI.

♦Em face da entrada em vigor das novas regras ortográficas, os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores (seja culto ou coloquial), conforme a 5^a. edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.